

Ana Cristina da Silva Machado

Jornalismo para a Guerra?

**A crise migratória venezuelana no
Brasil como estudo de caso**

Universidade Fernando Pessoa

Porto, 2019

Jornalismo para a Guerra? A crise migratória venezuelana no Brasil como estudo de caso

Jornalismo para a Guerra? A crise migratória venezuelana no Brasil como estudo de caso

Ana Cristina da Silva Machado

Jornalismo para a Guerra?

**A crise migratória venezuelana no
Brasil como estudo de caso**

(Ana Cristina da Silva Machado)

Trabalho apresentado à Universidade Fernando Pessoa como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Acção Humanitária, Cooperação e Desenvolvimento, sob a orientação do Professor Álvaro Campelo.

Porto, 2019

Agradecimentos

Dois anos que marcam o início de uma trajetória por um caminho novo e muito desejado. Um pedido de demissão, o início de um mestrado fora do meu país, um primeiro ano de muito aprendizado e outro de muitas pesquisas. Na fase de pesquisas um início difícil, a volta ao Brasil, mudança de cidade, viagens e a certeza de que muita gente me apoiou e me ajudou durante todo este trajeto, mantendo as minhas certezas como suas.

Agradeço primeiro à minha família, que entende minhas viagens e deslocamentos pelo mundo sempre em busca de aperfeiçoamento profissional e crescimento pessoal.

Aos meus amigos, que me incentivaram e estiveram ao meu lado nesta caminhada em busca de novos rumos. Um agradecimento especial ao meu querido amigo Afonso Netto Gasparini, pelo apoio moral e também técnico no acesso ao material para análise. À minha amiga Melissa Becker por estar sempre acessível e se fazer presente em momentos decisivos deste percurso mesmo morando do outro lado do mundo e também às amigas Isabel Siqueira e Vanessa Cardoso pelas constantes conversas e elucidações sobre os desdobramentos do meu tema.

Ao meu orientador, professor Álvaro Campelo pela paciência e pelo constante entusiasmo nas nossas conversas sobre esta dissertação, o que fez com que o desenvolvimento do meu trabalho tenha seguido de maneira leve e assertiva. Ao professor João Casqueira pela sempre disponibilidade em ajudar, a esclarecer dúvidas e a conversar sobre todos os assuntos.

RESUMO

A explosão no número de pedidos de refúgio por parte dos venezuelanos no Brasil entre 2015 e 2018 e a entrada em massa deles pela fronteira norte do país abriu a discussão para a forma com que o assunto foi abordado pela imprensa brasileira. Ganhando destaque apenas após um caso de violência extrema, o tema passou a aparecer com mais regularidade na mídia e a “construção” da figura do refugiado no imaginário do leitor passou a ser feita a partir da realidade criada pelo discurso jornalístico. Desta forma, identificaremos como foi feita essa construção pela imprensa brasileira - especificamente pelo jornal *Folha de S. Paulo* - através de elementos que enfatizam a guerra ou a paz. Usa-se como base para esta demanda as teorias de Jornalismo para a Guerra e Jornalismo para a Paz criadas por Johan Galtung. Mais especificamente, buscou-se identificar a ausência de Jornalismo para a Paz e a predominância de notícias que carregam em seu conteúdo uma atmosfera conflitiva, imediatista e estereotipada do venezuelano recém-chegado ao país, o que caracteriza Jornalismo para a Guerra. A metodologia usada foi a análise documental e pesquisa bibliográfica e, em seguida, o conceito de análise de conteúdo a partir de análise de dados recolhidos em 36 textos do referido jornal no mês de agosto de 2018. Verificou-se com este estudo o predomínio de conteúdos que associam o refugiado à violência e os vitimiza, o que acaba vinculando a denominação com uma imagem de pessoas sempre beneficiárias de ajuda e nunca responsáveis pelo seu próprio desenvolvimento. O jornal mais lido do país pratica, ao menos nesta questão específica de refúgio e imigração venezuelana no Brasil, um jornalismo voltado para a guerra. Saber desta tendência coloca o leitor em posição de estar mais atento às predisposições do jornal e provoca a reflexão sobre como o discurso jornalístico poderia ser usado como ferramenta para a prevenção de conflitos e para a construção de um ambiente mais pacífico e inclusivo.

Palavras-chave: jornalismo para a paz, jornalismo para a guerra, refugiados venezuelanos, folha de são paulo

ABSTRACT

The increase on numbers of Venezuelans seeking refuge in Brazil between 2015 and 2018 and the large number of them crossing the northern border of the country opened the discussion about how this subject was approached by the Brazilian press. Highlighted just after a case of extreme violence, the theme started to appear more regularly in the media, and the "construction" of the refugees' illustration in the reader's imaginary passed to be done starting from the reality created by the journalistic speech. This way, we will identify how such construction was made by the Brazilian press - specifically by the newspaper *Folha de São Paulo* - through elements that emphasize war or peace. In order to do that, it was used the theories of War Journalism and Peace Journalism created by Johan Galtung. More specifically, the goal is to identify the absence of Peace Journalism and the predominance of news that carry in its content a conflictive, immediatist and stereotyped point of view of the Venezuelans in the country, which characterizes War Journalism. The methodology used was the documental analysis and bibliographical research and, after that, the concept of content analysis of data collected in 36 texts of the referred newspaper in August/2018. It was verified with this study the prevalence of a content that associates refugees with violence and victimizes them, which ends up linking the denomination to the image of people who are always aided and never responsible for their own development. The most read Brazilian newspaper practises, at least in this specific subject of refugees and Venezuelan immigration, a journalism with elements of war. Knowing this tendency puts the reader in a position to be more attentive to the pre-arrangements of the newspaper and make the reflection about how journalism could be used as a tool for conflict prevention and building an inclusive and peaceful world.

Keywords: Peace Journalism, War Journalism, refugee, Venezuelans, Folha de São Paulo

ÍNDICE

RESUMO.....	i
<i>ABSTRACT</i>	ii
ABREVIATURAS	v
INTRODUÇÃO	1
1. O jornalismo e os conceitos de guerra e paz	5
1.1. O Jornalismo para a Paz e o Jornalismo para a Guerra	7
1.2. A seleção editorial e os critérios de noticiabilidade	13
1.3. Os argumentos contrários à aplicabilidade do Jornalismo para a Paz	16
1.4. Implementação e o futuro do Jornalismo para a Paz	17
2. Os refugiados no Brasil	21
2.1. O caminho dos venezuelanos no Brasil	24
2.2. A violência contra os venezuelanos	27
2.3. O jornal <i>Folha de S. Paulo</i>	29
3. Metodologia da pesquisa	32
3.1. A conceitualização do método	34
3.2. Refinamento do corpus	36
3.3. Categorização	37
3.3.1. Categoria “Cabo de Guerra”	37
3.3.2. Categoria “Como ver o outro”	38
3.3.3. Categoria “Lugar de fala”	38
3.3.4. Categoria “Imediatismo”	39
4. Análise de resultados	40
4.1. Categoria “Cabo de Guerra”	41
4.2. Categoria “Como ver o outro”	45
4.3. Categoria “Lugar de fala”	49
4.4. Categoria “Imediatismo”	54
4.5. Exemplos de Jornalismo para a Paz e Jornalismo para a Guerra	57

4.6. O posicionamento do jornal	59
Conclusão.....	62
Bibliografia	67
Anexos	72

ABREVIATURAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
BBC	British Broadcasting Corporation
COMIRR	Comitê para Migrações de Roraima
CONARE	Comitê Nacional para Refugiados
FSP	Folha de São Paulo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMDH	Instituto Migrações e Direitos Humanos
IVC	Instituto Verificador de Comunicação
OBMigra	Observatório das Migrações Internacionais
ONGs	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
SUD	Santos dos Últimos Dias
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UOL	Universo Online

INTRODUÇÃO

Quando em 18 de agosto de 2018 explodiu na cidade de Pacaraima, interior de Roraima no norte do Brasil, uma onda de violência contra imigrantes venezuelanos que tentavam refúgio no país, a imprensa brasileira tratou o assunto como um caso de xenofobia. Sem tentar aprofundar as causas da situação e apenas apontar vítimas e culpados o jornalismo entregue ao público consumidor viu-se de frente com o imediatismo e com o eterno estigma da falta de tempo. Entrega-se o que dá pra entregar.

Vista como uma ferramenta da democracia, o jornalismo tem como objetivo, segundo o BBC Producer Guidelines “equipar as audiências com uma inteligente e bem informada descrição dos problemas de forma que as capacite a formar suas próprias opiniões” (Lynch, 2006, p. 74). Mas qual a melhor forma de fazer isso? Até que ponto escolhas e diretrizes editoriais influenciam na forma como uma história é contada? Qual o viés ideológico escolhido para abordar temas tão delicados? O enfoque em um jornalismo - quando trata de eventos marcadamente contextualizados pelo conflito - voltado para a paz ou para a guerra muda a forma como a audiência enxerga o problema?

Muitos são os questionamentos que precisam ser feitos para se poder ter um maior entendimento dos rumos que o jornalismo escolhe tomar. Quando se tenta entender qual a melhor maneira de abordar assuntos delicados - como violência contra imigrantes - faz-se necessária uma reflexão se o jornalismo poderia ou deveria dar sua contribuição para a construção de uma realidade menos conflituosa e se esta contribuição passa pela máxima isenção ou por algum tipo de compromisso na construção da paz. Segundo Robert Hackett (2007, p.2) “o jornalismo é inevitavelmente um participante no ciclo de conflitos, não um observador discreto e imparcial”.

Na tentativa de alinhar jornalismo aos estudos de paz e de conflito, Johan Galtung (1965), um pesquisador norueguês e pioneiro na reflexão sobre a possibilidade de um jornalismo mais pró-ativo e que se proponha a atuar na construção de um panorama

menos bélico e mais pacífico, desenvolveu os termos “Peace Journalism” e “War Journalism” - ou Jornalismo para a Paz e Jornalismo para a Guerra - na década de 70 e, de lá pra cá, trabalhou para fazer desse tipo de jornalismo uma forma mais abrangente, crítica e construtiva de se contar histórias, nunca deixando de lado a transparência e o equilíbrio. Segundo Galtung o profissional pode atuar como agente de desenvolvimento se, para isso, “for treinado para capturar e relatar mais casos de desenvolvimento a longo prazo e se concentrando menos no evento em si”. (Galtung & Ruge, 1965, p. 84).

Falar sobre Jornalismo para a Paz e Jornalismo para a Guerra, além de atual, tem fundamental importância para a reflexão e um entendimento mais profundo de que tipo de jornalismo vem sendo usado no Brasil, principalmente quando se trata de assuntos que precisam de um pouco mais de cuidado na hora de serem veiculados e que mereçam estudos mais aprofundados. É importante tentar entender se a forma como as histórias são apresentadas e contadas pela mídia podem ou não modificar a resposta dada pela sociedade civil. Quando se opta por um Jornalismo para a Paz - mais colaborativo, esclarecedor, neutro - ao invés de um Jornalismo para a Guerra - mais imediatista, com vítimas e culpados, sem aprofundamento da origem do problema - pode acontecer de a sociedade se envolver mais e ser capaz de modificar seu meio.

Em um país onde a violência é responsável por mais mortes por ano do que muitas guerras civis que duram décadas mundo afora, não privilegiar o conflito e suas consequências e sim suas causas e prováveis soluções pode ser um caminho para pacificar e gerar uma resposta que venha de baixo pra cima, ou seja, da sociedade civil para os governos. Isso colocaria o jornalismo a atuar também na prevenção do conflitos. Quando se fala em imigração venezuelana no Brasil - uma situação particularmente atípica devido ao volume de pessoas que entram diariamente no país - é oportuno discutir de que forma a população está sendo informada sobre o assunto e se isso de alguma maneira está influenciando no comportamento por vezes violento e excludente que os venezuelanos estão recebendo por parte de alguns brasileiros.

O motivo deste trabalho (que misturou estudos para a paz e jornalismo) ter sido incluído dentro de uma dissertação em estudos humanitários vem de um objetivo pessoal de tratar de dois campos - o da comunicação e o social - e criar reflexões que sejam capazes de mudar vidas e contextos, o que neste ambiente humanitário mostra ter todas as condições de poder fazer a diferença na construção de uma sociedade mais justa e receptiva com as desigualdades do mundo. A reflexão sobre Jornalismo para a Paz e Jornalismo para a Guerra tem grande potencial nesta área da relação com os estudos humanitários e mereceu uma investigação mais aprofundada, que é o que aqui pretendemos. Quando se fala em refúgio e imigração é ainda mais flagrante os efeitos desta junção na construção das novas realidades que se formam em um contexto inicialmente excludente e que, de alguma forma, trabalhar esses dois campos possa beneficiar o excluído dando a ele a oportunidade de ser aceito. Seja através do discurso da imprensa ou através do estudo das condições a serem dadas aos indivíduos para se construir uma sociedade mais igualitária, o que se pretende aqui é entender a mensagem veiculada pela mídia e discutir os seus efeitos.

Ademais, o trabalho tem como objetivo particular identificar nas páginas do jornal de maior alcance do país (no quesito circulação e acesso na web) - *Folha de S. Paulo* - o enfoque com que foi retratado o conflito entre venezuelanos e brasileiros na fronteira entre os dois países neste último ano. Mais especificamente, o trabalho visa identificar a ausência do Jornalismo para a Paz e a predominância de características de seu oposto, o Jornalismo para a Guerra, nos textos veiculados em todo o mês de agosto de 2018 e refletir sobre a necessidade de se inverter a situação.

A pesquisa realizada para a execução deste trabalho baseou-se em dois métodos: (i) a pesquisa teórica com o método de recolha bibliográfica; e (ii) o estudo de caso que fundou-se em análise de conteúdo, baseado no acesso ao banco de dados do referido jornal e que acabou resultando em 36 amostras de reportagens com o tema no período selecionado. A partir disso, foram analisadas as mensagens com os indicadores pré definidos para a análise de conteúdo, de que resultaram as fichas (anexos 1 e 3) sobre as

quais se construiu a análise crítica e se fizeram as correlações, tendo em vista os objetivos da presente dissertação.

No capítulo 1 será apresentada uma contextualização sobre o jornalismo, suas abordagens nas questões de paz e violência, o conceito de Jornalismo para a Paz e Jornalismo para a Guerra, a relação entre eles, suas diferenças, sua aplicabilidade, implementação e planos futuros.

No capítulo 2 serão abrangidas a história do refugiado no Brasil, a relação Brasil e Venezuela, a atual situação dos refugiados venezuelanos e breve apresentação do maior e mais lido jornal do país, a *Folha de S. Paulo*, para justificar a seleção da nossa amostra a partir deste periódico.

No capítulo 3 partimos para o estudo de caso sobre o modelo usado pelo jornal *Folha de S. Paulo* para abordar a questão do discurso usado para reportar a violência contra os imigrantes venezuelanos na fronteira entre os dois países. É explicada a metodologia, o refinamento do corpus e as categorias e subcategorias estabelecidas para a grelha de análise. Aspectos como a forma como o refugiado é apresentado ao leitor e quem aparece mais frequentemente como personagem principal dos textos serão identificados para melhor entendimento do viés escolhido pelo veículo para abordar a questão.

No capítulo 4 apresentamos a análise dos resultados, principais reflexões, a pertinência de análise deste objeto de estudo - comunicação social - para a compreensão das percepções das populações em situações de conflito e sugestões para investigação futura. Na sequência conclusão, bibliografia e anexos.

1. O jornalismo e os conceitos de guerra e paz

Está na Declaração sobre os Princípios Fundamentais Relativos à Contribuição dos Meios de Comunicação de Massa para o Fortalecimento da Paz e da Cooperação Internacional da UNESCO (Nov. 28, 1978), Artigo III:

Os meios de comunicação devem dar uma contribuição importante ao fortalecimento da paz e da compreensão internacional (...) através da difusão da informação relativa aos ideais, às aspirações, cultura e exigências dos povos (...). Ao assim realizar estas tarefas, favorecem a elaboração por parte dos Estados de políticas mais adequadas às tensões internacionais e para solucionar de maneira pacífica e de igual maneira as diferenças internacionais.

O uso dos meios de comunicação social, e sobretudo do jornalismo, como ferramenta de pacificação passou a ser uma discussão mais presente no campo da informação quando em 1965, Johan Galtung – pesquisador norueguês e estudioso de assuntos para a paz – escreveu com Mari Holmboe Ruge o artigo *“The Structure of Foreign News”*. Nesta reflexão os autores versaram sobre os critérios que fazem um acontecimento virar notícia e discutiram sobre como as decisões tomadas em ambientes que produzem material jornalístico não favorecem a discussão sobre a paz. Muitas vezes são decisões que seguem padrões sem nenhuma flexibilidade e sem dar a determinados assuntos o devido aprofundamento que a complexidade exige. Esse tipo de enquadramento pode dificultar a maneira como ele será reportado, e conseqüentemente, como ele será entendido por quem consome a informação. Galtung e Ruge (1965, p. 69) apontaram também a preferência da mídia por acontecimentos ruins. Quanto mais impactante, inesperado e negativo algo é maiores são as chances de ele virar notícia e ser absorvido pelo público. Desse modo, as chances de se trabalhar um conteúdo positivo e que privilegie boas práticas é quase inexistente. Segundo os autores:

Notícias negativas entram nos canais de notícias facilmente porque satisfazem mais os critérios de frequência. Há uma assimetria básica na vida entre o positivo, que é difícil e leva tempo, e o lado negativo, que é muito fácil de se obter e leva menos tempo - compare (...) a quantidade de tempo necessário para construir uma casa e para destruí-la em um incêndio (...). Um evento negativo

Jornalismo para a Guerra? A crise migratória venezuelana no Brasil como estudo de caso

pode desdobrar-se facilmente em duas edições de um jornal ou em duas reportagens de TV – o que é bem mais difícil para um tema positivo.

Entender os benefícios de se trabalhar as notícias com um viés construtivo e positivo passa, no caso específico do propósito deste trabalho, pela definição do que seria paz e do que seria guerra. Tradicionalmente se define paz simplesmente como a ausência de conflito ou violência. McGoldrick e Lynch (2000, p.18) alertam para a possibilidade de essa definição ser um engano já que ambos acreditam no contrário, no que se refere aos conflitos. São eles (os conflitos) que capacitam uma sociedade a progredir porque trazem o melhor de cada um na busca de evolução e uma sociedade capaz de viver pacificamente é aquela que lida com seus conflitos internos de forma não violenta. Segundo os autores, chegar a esse patamar “é uma condição e também um processo”.

O relatório do Institute for Economical Peace amplia o conceito quando afirma que a paz também pode estar nas condições para que o bem estar exista, como o acesso dado aos cidadãos à comida, cuidados com saúde, abrigo e oportunidades econômicas - todos pré-requisitos para o preenchimento das necessidades humanas. A falta deles pode desequilibrar o funcionamento da cadeia social e provocar violência. (2011, p.4)

Joham Galtung (1964, p.2) junta conceitos e revisita essas percepções dando um nome: “paz positiva” e “paz negativa”. A paz negativa é puramente a ausência de conflito ou do medo de conflito mas a paz positiva são as condições onde justiça, igualdade, harmonia e demais indicadores de desenvolvimento para integração de uma sociedade possam acontecer, levando esta sociedade a viver em um ambiente pacífico.

Para tratar a definição de violência existe um pouco mais de consenso. Adotando o conceito de Annabel McGoldrick e Jake Lynch (2000, p.10), o entendimento desta definição passa por conhecer seus vários tipos - a direta (tiroteio, espancamento, bombardeio, etc), a cultural (discursos de ódio, violência de gênero, religião como justificativa para a guerra, etc) e a estrutural (pobreza, exploração, colonialismo, etc) - e também seus efeitos. Apurar o olhar para além das consequências visíveis (como ódio,

traumas, necessidade de vingança, por exemplo) é tão ou mais importante a longo prazo. Caso não o faça, a sociedade pode perder a capacidade de abordar os confrontos de forma cooperativa e acabar alimentando uma cadeia geradora de mais agressividade.

Entender como o jornalismo lida com ambos os conceitos e que uso faz de suas ferramentas para estabelecer critérios de noticiabilidade é também uma questão de escolha ética. Diana Francis (2002, p.28) vê um paralelo entre as seis questões básicas de todo o “bom” jornalismo (quem, o que, onde, quando, como e por que) e o que os estudos de paz chamam de “dinâmica de conflitos”. De acordo com a pesquisadora:

Qualquer afirmação da dinâmica de um conflito precisa identificar sua história, causas recentes e composição interna - os diferentes atores, a natureza do seu envolvimento, suas perspectivas, posições e motivações e o diferente relacionamento entre eles em termos de poder, obediência e interesses.

Isso significaria que qualquer representação de conflito que omita um desses fatores seria impreciso. A possibilidade de omissão é um problema recorrente para qualquer jornalista. Burkhard Bläsi (2004, p. 3) aponta uma dificuldade concreta por parte dos profissionais de imprensa em saber como abordar um confronto quanto maior complexidade ele tiver devido a dificuldade em entender as reais causas e/ou interesses dos envolvidos. Se durante o processo de confecção da notícia o jornalista se limitar apenas a apresentar o problema sem que também aprofunde as causas deste e acrescente algo que possa questionar e abrir base para uma maior discussão sobre o assunto, então tudo o que ele tem para reportar é apenas isso: violência.

1.1- O Jornalismo para a Paz e o Jornalismo para a Guerra

Pensar uma comunicação colaborativa e seus eventuais efeitos para a sociedade fez com que estudiosos e acadêmicos do jornalismo lançassem um novo olhar sobre a forma de se fazer notícias. Discutir diferentes tipos de abordagem em acontecimentos que merecem veiculação de mídia traz para o mundo jornalístico não é só um viés diferenciado a ser estudado e debatido como uma tentativa de ser mais responsável

perante a redução e prevenção de conflitos.

Destas bases resultou o conceito de Johan Galtung chamado Jornalismo para a Paz. Lynch & McGoldrick (In Galtung & Webel, 2007, p.248) o descrevem como um conceito que surgiu como novo campo de pesquisa dentro do já existente *Peace and Conflict Studies*, no início dos anos de 1990. Esta nova formulação não tem a tarefa de apenas reportar assuntos pacíficos, mas sim usar ideias vindas do *Peace and Conflict Studies* - como as dinâmicas e o potencial para transformação que podem advir de um acontecimento ruim - no cotidiano de quem trabalha diariamente com edição e produção de conteúdo jornalístico. O ponto principal não seria a pura e simples defesa da paz, mas sim a expansão do discurso sobre o conflito que incluía processos e resultados pacíficos, tornando as perspectivas de paz visíveis (Galtung, 2006, p.2).

Na visão de McGoldrick (2000, p.19) o Jornalismo para a Paz mostraria como jornalistas podem ser parte da solução ao invés de parte do problema. Em uma definição mais técnica e apurada dada pelo próprio Galtung, existem duas formas de cobertura jornalística: uma voltada para a guerra/conflito e baseia-se em um enfoque violento, elitista, propagandista e com foco em estabelecer um vencedor; e outra com enfoque para a paz, sendo empático com as vítimas, atento às diferenças e com intenção de construir consenso. Este último se aprofundaria mais nas causas de determinados acontecimentos do que nas consequências, o que resulta em uma maior transparência e em um jornalismo mais responsável.

Na tentativa de tornar mais clara a definição de Jornalismo para a Paz, seguidamente Galtung (2017) recorre como referência à matérias que falam sobre saúde. Explicar a origem da doença, como ela age no corpo, o que é necessário para combatê-la, quais os passos para preveni-la e tantos detalhes forem necessários para que ela seja combatida de forma eficaz pelo paciente é o paralelo que o pesquisador defende na forma de abordagem que poderia ser usada para reportar conflitos. Mas ao contrário do que acontece, matérias sobre guerras e disputas internas têm sempre a tendência de se

parecer com jornalismo esportivo: uma batalha, dois oponentes, dois objetivos diferentes e apenas um vencedor.

Para dar mais exatidão às definições e diferenças entre Jornalismo para a Paz e o Jornalismo para a Guerra, Galtung construiu uma tabela comparativa (Galtung, 2006, p.1):

Jornalismo para a Paz	Jornalismo para a Guerra
<p>1- Orientado para a paz</p> <p>explora a formação do conflito, atores, objetivos, metas, problemas em geral, orientação para que todos ganhem</p> <p>espaço aberto, tempo aberto; causas e resultados por todos os campos, também na história e na cultura</p> <p>fazer dos conflitos transparentes</p> <p>dando voz a todos os envolvidos, empatia, compreensão</p> <p>ver o conflito como o problema, foco na criatividade</p> <p>humanização de todas as partes</p> <p>pró-ativo: prevenção antes que a violência ocorra</p> <p>foco nos efeitos invisíveis da violência (trauma, danos estruturais e culturais)</p>	<p>1- Orientado para a guerra</p> <p>foca em um cenário de conflito, dois atores, um objetivo (vencer), orientação de “cabo de guerra” com um único vencedor</p> <p>espaço fechado, tempo fechado; causas e saídas do conflito, quem atirou a primeira pedra</p> <p>fazer dos conflitos opacos, secretos</p> <p>jornalismo de "nós X eles" , propaganda, voz para o "nós"</p> <p>ver o "outro" como o problema, foco em quem é predominante</p> <p>desumanização "deles";</p> <p>reativo: esperando por violência antes de reportar</p> <p>foco apenas nos efeitos visíveis da violência (mortos, feridos e danos materiais)</p>
<p>2 – orientado para a verdade</p> <p>expõe inverdades de todos os lados</p> <p>revela todos os encobrimentos</p>	<p>2 – orientado para a propaganda</p> <p>expõe inverdades “deles”</p> <p>auxilia "nossos" encobrimentos/mentiras</p>
<p>3 – orientado para as pessoas</p>	<p>3 – orientado para as elites</p>

foco no sofrimento de todos (mulheres, idosos, crianças, dá voz a quem não tem)	foco no "nosso" sofrimento (dos "soldados", sendo seu porta-voz)
dá nome aos malfeitores	dá nome aos malfeitores "deles"
concentra-se nas pessoas que promovem a paz	concentra-se nas ações de paz das elites
4 – orientado para a solução	4 – orientado para a vitória
paz = não-violência + criatividade	paz = vitória + cessar fogo
atenção às iniciativas de paz, também na prevenção de mais conflito	esconder iniciativas de paz até que a vitória esteja ao alcance
foco na estrutura, na cultura de uma sociedade pacífica	foco no tratado, na instituição de uma sociedade controlada
consequências: resolução, reconstrução e reconciliação	abandono até outro conflito começar, volta se há um novo conflito prestes a ocorrer

De posse dessas informações, vê-se que a cobertura jornalística como é feita hoje é, na maioria das vezes, o que é descrito como Jornalismo para a Guerra. Algo direcionado ao imediatismo, com foco em quem é vítima e quem é culpado e pouco aprofundamento nas raízes dos problemas e na busca por prováveis soluções. Fazer um jornalismo baseado na disputa entre “nós X eles” ainda é a prática mais comum. Em uma iniciativa de tentar complementar a definição de Galtung, Majid Tehranian (2002, p. 80) construiu o que seriam os 10 mandamentos do Jornalismo para a Paz, aqui resumidos:

- (i) nunca reduzir as partes de um conflito a duas
- (ii) identificar as posições e interesses de todas as partes envolvidas
- (iii) não se manter em uma só fonte, principalmente de governos que controlam as fontes de informação
- (iv) desenvolver um bom sentido de ceticismo. Lembrar que a informação é uma representação. Ter suas próprias crenças é algo inerente ao ser humano

- (v) dar voz e tarefas na reconstrução da paz às vítimas para se sentirem representados e empoderados

- (vi) buscar soluções pacíficas aos conflitos e não cair em panaceas

- (vii) a representação midiática do conflito pode tornar-se parte do problema se se acentuar dualismos e ódio

- (viii) a representação midiática do conflito pode tornar-se parte da solução se faz uso das tensões criativas presentes em todos os embates e que podem gerar respostas não violentas

- (ix) respeitar sempre os princípios éticos profissionais da precisão, veracidade, justiça e respeito pela dignidade e direitos humanos.

- (x) transcender suas próprias crenças éticas, nacionais e ideológicas para identificar e representar todas as partes de maneira justa e precisa.

E, se não for possível uma aplicabilidade absoluta do Jornalismo para a Paz em todos os seus fundamentos, prestar atenção aos detalhes na hora de produzir informação já é uma forma de construir um jornalismo mais refinado. Steven Youngblood (2017) consegue resgatar a importância que a escolha do vocabulário usado nas notícias pode ter na forma como o público vê determinado assunto e revisita um plano feito por Lynch e McGoldrick que alerta para o recorrente uso de linguagem que “vitimize (devastada, desprovido, indefeso), seja imprecisa e emotiva (tragédia, massacre), demonize (vicioso, cruel, bárbaro) e faça uso de rótulos (terrorista, extremista, fanático, fundamentalista)”.

Ainda dentro da ideia de um jornalismo pacificador e mais humanizado, Dov Shinar (2007, p.4) estabelece que, ainda que diferentes em princípios e argumentos, o Jornalismo para a Paz pertence a uma lista de títulos que também se referem à defesa de

um tom menos bélico e mais construtivo na forma de fazer reportagens - como o “journalism of attachment (Bell, 1997), victim journalism (Hume, 1997), justice journalism (Messman, 2001) e engaged journalism (Lynch, 2003)” - e todos eles possuem uma baixa popularidade entre profissionais do setor e também da audiência (isso se explicaria, entre outras coisas, por fazer alusão ao princípio de objetividade e também pelo excessivo uso que se faz de notícias com tom negativo como constante fonte de exploração dos sentimentos de quem consome a informação - o que traz algum retorno para as empresas de mídia, como altos índices de audiência por exemplo).

Para tentar distanciar o Jornalismo para a Paz de qualquer outro tipo de teoria e fazer com que o próprio profissional de imprensa mude a forma como vê seu ofício McGoldrich e Lynch (2000, p.5) enumeraram as possíveis vantagens desse conceito. Apresentar o Jornalismo para a Paz como algo viável e, ao mesmo tempo, fazer o profissional acreditar no poder transformador do conteúdo que produz é parte do objetivo de quem propõe a adoção deste tipo de prática como uma alternativa ao atual modo de se fazer notícia. Segundo os autores, Jornalismo para a Paz:

- (i) nos lembra que existem alternativas para a violência
- (ii) revela como estamos todos conectados
- (iii) explica os eventos do mundo de uma maneira que faz sentido e deixa espaço para a esperança
- (iv) foca na visão e no desejo por mudança que inspira grandes ou pequenas iniciativas de paz
- (v) transcende o clichê de objetividade. Invés disso, instaura uma nova rede de confiança com as audiências que fornece maneiras viáveis para jornalistas terem responsabilidade pelo impacto e pelas consequências de suas intervenções.

1.2 – A seleção editorial e os critérios de noticiabilidade

Tentar entender o porquê da escolha feita por repórteres e editores ao redor do mundo pelo jornalismo focado na violência vem sempre atrelado ao argumento “foi sempre assim que fizemos”. Romper, ou ao menos tentar mudar um pouco esta forma de raciocínio, não é simples. Jerry Mander (1978, p.323) tenta explicar a predileção por este tipo de “espetáculo”:

Guerra/conflito é melhor televisionado do que a paz. É cheio de ação e momentos decisivos e entrega uma emoção poderosa: o medo. Paz é sem forma e ampla. As emoções são sutis, pessoais e internas. Isso é muito mais difícil de televisionar.

No campo econômico, a influência financeira vinda da área da publicidade também interfere nas pautas e mostra que a tendência do jornalismo voltado para a paz não é dar lucro. Shinar (2004, p.2) sustenta que “baseado em competição, valor de notícia e audiência, a estrutura econômica atual da mídia mostra uma preferência pela guerra”.

Mas nem só de fatores externos é feita a predileção pelo negativo. Entender que as rotinas jornalísticas também são empecilhos para adotar o Jornalismo para a Paz é algo a ser fortemente considerado. Vários são os caminhos em que ele pode ser preterido. Começa quando se é atribuído o chamado “valor de notícia” - que são os critérios a se determinar o que vale ser noticiado ou não, como proximidade, surpresa, personalização, negatividade - passa por considerar a preferência da audiência e termina na obrigação de cumprir prazos. Todos esses fatores ocasionam a escolha de se manter no simples e acabam por favorecer eventos imediatistas em detrimento de eventos que apresentem resoluções a longo prazo e com necessidade de acompanhamento contínuo. Motivações e crenças pessoais também podem ser questionadas, já que a forma como algo é reportado pode ser afetado por valores pessoais e profissionais do jornalista.

Versar mais sobre o quesito audiência faz-se necessário, já que as escolhas feitas pelas

grandes empresas de mídia passam necessariamente pelas oscilações e gostos do seu público alvo. Segundo Robert Hackett (2006, p.5), dependendo do contexto político a audiência pode rejeitar notícias de guerra, mas também pode gostar de narrativas dramáticas, principalmente as de conteúdo patriótico que envolvam proezas militares, principalmente na TV. Essa mesma audiência pode depois vir a sofrer com os níveis de violência que os meios de comunicação transmitem e esse sofrimento traz implicações psicológicas e de teor prático. Assistir continuamente violência pode gerar apatia e o jornalismo pode contribuir para a exacerbação desse sentimento. Alex Salinas (2014, p.58) sustenta que enxergar sempre o mundo de maneira negativa gera pessimismo, desconfiança e medo o que acaba restringindo a participação da sociedade para a mudança e transformação social. Segundo ele “será frequente a ideia de que tudo está mal e nada pode ser feito”.

Greg Philo e Mike Berry (2004, p.239) também identificaram um sentimento de impotência entre os consumidores de notícias quando o mundo é apresentado a eles como uma “bagunça inexplicável” porque eles não entendem o motivo de os eventos estarem acontecendo. Os autores conseguem apontar um dos benefícios da adoção de um discurso mais pacífico: “parece que reportar ideias para mudança com a participação das pessoas nesta mudança poderia ser a chave para trazer a empatia de volta”.

Mas de acordo com Manuel Chaparro (2001, p.134) existe um problema no relato jornalístico: a desumanização. Segundo o autor, o jornalista teria perdido a percepção humanística de seu papel e contentou-se com a exploração do conflito pelo conflito e com a visão limitadora de que estes se compõem apenas de duas partes (governo x oposição, negros x brancos, partido x partido, etc). Segundo Chaparro:

Qualquer conflito da democracia só é relevante na medida em que interfere no aperfeiçoamento da sociedade. E é do lado da sociedade, dos valores que a organizam e lhe dão sentido que o jornalismo tem de ficar. Quando faz essa escolha, o jornalismo assume inevitavelmente a vocação de linguagem narradora, para desvendar o que está abaixo e acima das linhas dos conflitos. E se humaniza, porque abaixo e acima da linha dos conflitos estão as pessoas e as razões da vida.

Mais do que o impacto social que o jornalismo pode trazer, a responsabilidade sobre o que se é veiculado faz parte do “ser ético” da profissão. Salinas (2014, p.65) defende que seria “eticamente irresponsável não mostrar um compromisso e um respaldo claro ante as violações dos direitos humanos e situações de exclusão, por exemplo”. Para isso, o Jornalismo para a Paz teria que ter como forte característica a desvinculação da regra de objetividade. McGoldrich e Lynch (2000, p.22) corroboram essa ideia e acrescentam que objetividade pode passar a ideia de que o jornalista é neutro, não se envolve e apenas reporta “como as coisas são”. Segundo os autores, pode haver dois problemas nisso:

- 1) Jornalistas, independente de ser consciente ou não, sempre terão sentimentos e opiniões sobre a história que estão cobrindo. Tentar ignorar ou cessar esses sentimentos e opiniões pode levá-los a distorcer, sem total conhecimento até mesmo deles, decisões que tomam sobre o que e como reportar.
- 2) Se não reconhecida (essa “imparcialidade”) ela acaba por se esconder nas convenções de linguagem noticiosas (...). O leitor, ouvinte ou telespectador não consegue identificar, verificar ou avaliar o viés pessoal; ele está infiltrado na maneira como o conflito é reportado.

Sem falar que objetividade sempre justificada pelo bordão “it is what it is” pode acabar produzindo uma narrativa superficial na medida que impede a audiência de ver como as coisas poderiam ser diferentes, tornando a busca por saídas criativas impossível e reduzindo as opções de soluções. Chaparro (2001, p.183) vai além e diz que “não há objetividade possível nem desejável”. Segundo ele:

Possível e desejável é a precisão, a clareza, a veracidade, para que o relato descreva e explique. No mundo de hoje, a ninguém basta conhecer o que acontece; é preciso saber o suficiente para atribuir significados ao que acontece.

Muitas vezes usada como argumento para não mostrar um posicionamento claro, a objetividade pode ser um escudo emocional para profissionais mais vulneráveis. Segundo Eduardo Galeano, em seu *O Livro dos Abraços* (2002, p.54) “Os que fazem da objetividade uma religião mentem. Eles não querem ser objetivos: querem ser objetos para salvarem-se da dor humana”.

1.3 – Os argumentos contrários à aplicabilidade do Jornalismo para a Paz

Enxergar o Jornalismo para a Paz como um bom começo para o desenvolvimento de uma comunicação mais participativa e mantenedora de boas práticas na construção de uma sociedade mais pacífica e humanizada está longe de ser um consenso. Tomas Hanitzsch (2004a, 2004b) - ele mesmo um opositor deste tipo de prática - elenca algumas das objeções apontadas por outros estudiosos da comunicação que veem no processo de geração do conceito uma sequência de imprecisões: (i) o abandono da objetividade em direção à prática de um jornalismo de apego, (ii) o poder erroneamente dado à influência e aos efeitos que a mídia pode ter, (iii) o fato de ser algo que tem suas raízes nas disciplinas de pesquisas de paz e que acaba não levando em conta as restrições impostas pela dinâmica da produção de notícias (incluindo valores profissionais e demandas organizacionais) e (iv) que esse tipo de jornalismo tem pouco a oferecer aos profissionais na prática.

O correspondente da BBC David Loyn (2003) argumenta que a filosofia do Jornalismo para a Paz comprometeria a integridade dos jornalistas e confundiria seu papel como disseminadores neutros: “Nossa tarefa é sempre procurar descobrir o que está acontecendo, sem carregar qualquer outra bagagem. Se houver resolução de conflito, relatamos isso no contexto. Nós não nos envolvemos”.

No que se refere a achar que o jornalismo tem um potencial limitado para esse tipo de prática, Wilhelm Kempf (2002, p.60) defende que jornalistas são seres integrados na própria sociedade que reportam e que por isso encaram os mesmos constrangimentos e tentações de qualquer outro indivíduo e sustenta que “não há nada de excepcional no jornalista em si”. Hanitzsch (2004a, p.490) concorda e afirma que a tarefa do profissional de mídia dentro da sociedade não é essa:

Devido à sua função específica dentro da sociedade, não pode ser tarefa do jornalismo libertar o mundo de crises, conflitos e outros males porque isto é tarefa de outros sistemas sociais, como os políticos e os militares.

Hector Barajas (2016, p.132) segue o mesmo argumento ao defender que jornalismo é sobre contar histórias e que o Jornalismo para a Paz não seria capaz de mudar o mundo. Ele é apenas mais uma maneira de fazer o trabalho, “nada mais do que isso”. Gadi Wolfsfeld (1997, p.67) consegue lançar um olhar mais questionador sobre a questão, pois vê a existência de contradições entre a lógica dos processos de paz e as demandas profissionais da atividade:

O processo de paz é complicado; jornalistas demandam simplicidade. O processo de paz leva tempo para ser desdobrado e desenvolvido; jornalistas demandam resultados imediatos. Muito de um processo de paz é marcado por negociações tediosas; jornalistas requerem drama. Um processo de paz exitoso leva a redução das tensões; jornalistas focam em conflitos. Muitos dos significantes desenvolvimentos dentro do processo de paz deve ocorrer em segredo, a portas fechadas; jornalistas exigem informação e ação.

Para Kempf (2002, p.60), se o jornalista realmente quer fazer algo pelos processos de paz através do seu ofício seria necessário uma autocrítica e que esta lhe dê uma visão da influência da mídia e da responsabilidade da sua função. E complementa dizendo que para fazerem isso “eles talvez precisem de um senso de indignação moral”.

1.4– Implementação e o futuro do Jornalismo para a Paz

Se forem tiradas como base iniciativas já existentes de Jornalismo para a Paz é possível dimensionar a efetividade desse tipo de abordagem e os efeitos que ela pode causar no público consumidor de notícia. McGoldrick e Lynch (2012, p.16) mostraram como um estudo feito em quatro países - Austrália, Filipinas, África do Sul e México - atestou que a experiência de assistir versões de jornalismo feito com foco na paz evocou menos raiva e menos angústia no telespectador e, enquanto promovia esperança e empatia, propiciou um engajamento cognitivo com os problemas apresentados. Já os telespectadores que assistiram versões de Jornalismo para a Guerra “tiveram a tendência de identificar culpados e de desejar ações - punitivas ou de precaução - contra eles”.

Para que práticas como essa se tornassem mais frequentes na mídia seria necessário uma mudança na forma de se produzir a notícia. Sua aplicabilidade deve estar atrelada às possibilidades do mundo real do jornalismo. Hanitzsch (2007,p.5) vê na literatura sobre Jornalismo para a Paz que as ideias por trás do conceito e suas implicações são demasiadamente baseadas em perspectivas individualistas e voluntaristas. Isso implicaria sugerir que jornalistas só precisariam mudar suas atitudes e comportamentos que já seria suficiente para produzir coberturas de conflito que contivessem os valores pacíficos do conceito. E é taxativo em dizer que “(...) é uma ilusão”. Espinar e Hernandez (2012, p.186) vão pelo mesmo caminho e chamam de “ingenuidade” pensar que apenas mudando algumas rotinas na profissão seria suficiente para o uso na prática. A adaptação é mais complexa.

No caminho para a construção de uma rede de estudiosos que façam do Jornalismo para a Paz uma realidade, Hector Barajas (2016, p.131) dá exemplos de iniciativas já existentes:

Os EUA financiaram o treinamento de repórteres em Jornalismo para a Paz em países como Kenya e Kwait. No Kenya, o programa de treinamento para jornalistas foi criado em consequência da violência pós-eleição que deixou mais de 1300 mortos em 2008. O governo britânico financiou workshops sobre mídia e paz para estudantes de jornalismo no Líbano. E os alemães financiaram cursos de Peace Journalism para repórteres afegãos.

Alguns autores defendem a ideia de um esforço conjunto que envolve muito mais do que apenas boas intenções. Hanitzsch (2007, p.7) acredita que uma cultura de paz é a pré condição para a existência do Jornalismo para a Paz. Defende que em uma cultura onde a vida não vale nada e a violência parece ser a única medida para resolução de conflitos, Jornalismo para a Paz não tem condições de se desenvolver. Ainda sugere o questionamento da importância do todo na formação do tipo de jornalismo que é visto hoje e questiona “que tipo de sociedade é esta que cria um tipo de jornalismo que não tem senso de paz?”. Hackett (2006, p.2) discute que para Jornalismo para a Paz ter sucesso seria preciso traduzir suas preocupações normativas - vindas da disciplina de

estudos da paz - em estratégias baseadas na análise teórica de como funciona a lógica da produção de notícias. Essa análise ajudaria a identificar os prováveis bloqueios e oportunidades para a prática do Jornalismo para a Paz - e de modo inverso, do Jornalismo para a Guerra. O autor também cita Bourdieu e sua análise de campo para sugerir que esse conceito poderia ser um novo campo de atuação paralelo ao existente hoje. Seria uma opção e uma alternativa apoiada pela sociedade civil e separado de corporações ou do poder do Estado e assim capaz de colocar em prática todos os preceitos da teoria. Hackett (2006, p.11) exemplifica:

A atual iniciativa canadense que criou a rede de notícias Independent World Television e que oferece “notícias reais” sobre paz e desenvolvimento para uma audiência internacional é um passo muito encorajador nesta direção.

Jake Lynch (2015, p.194) vai por um outro caminho e acredita em forçar as estruturas - tanto organizacional quanto ideológica - na nascente do jornalismo. Apelar para o treinamento e educação de futuros profissionais da área pode ser um mecanismo que amplie Jornalismo para a Paz como prática profissional. Stig-Arne Nohrstedt e Rune Ottosen em colaboração com Jake Lynch, sugerem a necessidade de engajamento com universidades, escolas, institutos de treinamento, ONGs como Reporteres sem Fronteiras, a Federação Internacional dos Jornalistas e até a ONU - em especial a UNESCO - com a sugestão de indicadores de segurança para jornalistas. Segundo os autores, esta abordagem “começaria a construir os recursos estruturais que combinariam o que provou ser um conjunto atrativo de ideias e princípios sempre que eles forem capazes de ganhar audiência”. Ottosen (2003, *cit.in* Burkhard, 2004, p.6) credita muito a possibilidade de mudança a um movimento social:

Somente quando o público demandar alternativas para as coberturas de conflito, somente quando existir uma demanda do mercado para algo como Jornalismo para a Paz, só assim será possível alcançar uma cobertura construtiva de conflitos.

Dov Shinar (2004, p.7) vai além e propõe que os esforços de pesquisa e

desenvolvimento para criar uma cobertura de paz na mídia poderiam produzir uma agenda de pesquisa e desenvolvimento voltada para:

- (i) Adaptar os valores e práticas da mídia às realidades atuais, nas quais o recém adquirido status mais elevado da mídia nas relações internacionais podem ser usadas para superar atitudes negativas relacionadas com a paz e técnicas de cobertura de paz herdadas da Guerra Fria;
- (ii) Aumentar o “valor de notícia” da cobertura da paz no “jogo” de mídia, em vez de conduzir tentativas missionárias de mudar estruturas de mídia orientadas para a guerra e códigos de conduta profissional;
- (iii) Conceber políticas profissionais bem definidas, cuja execução adequada possa reduzir a auto-manipulação da mídia e pressões externas
- (iv) Criar e "comercializar" um discurso de paz da mídia com um “valor de notícia” satisfatório baseado na aplicação apropriada dos resultados disponíveis da pesquisa inovadora.

Todas as tentativas de visionar a implementação de Jornalismo para a Paz no campo de produção de conteúdo são uma busca pela ascensão de um jornalismo mais responsável e pacificador. Quando se discute o por quê da necessidade de um Jornalismo para a Paz Galtung (2017, p.4), o “pai” do conceito e experiente estudioso dos assuntos de paz, tem duas respostas: uma moral e uma não moral.

Para muitos a resposta moral seria necessária e suficiente: porque focar em resolver conflitos ao invés de vencê-los - dados os horrores das guerras modernas - pode reduzir o sofrimento humano. Mas existe a resposta não-moral: porque o que é descrito como Jornalismo para a Paz dá uma imagem mais realista do que ocorre no mundo. O que é descrito como Jornalismo para a Guerra reflete a lógica de um mundo de nações competindo umas contra as outras (...).

2. Os refugiados no Brasil

Acolher o refugiado é um ato humanitário e sempre que exista a guerra, as perseguições, os regimes totalitários e outras formas de segregação e de intolerância existirão os deslocamentos e as pessoas necessitadas de amparo. Os “produtos” desta segregação se espalham pelo mundo e formam uma nova ordem mundial, onde movimentos massivos de pessoas forçam os países a abrirem suas fronteiras, a conviverem com culturas distintas, a aceitarem as diferenças e a olharem para o outro com empatia. Mas nem sempre tem sido assim. O olhar de Zygmunt Bauman (2005, p.76) para os deslocados pelo mundo já há mais de uma década apontava para um tratamento desumano justamente no momento de maior confusão identitária do indivíduo :

Os refugiados, os deslocados, as pessoas em busca de asilo, os imigrantes, os sans-papiers constituem o refugio da globalização. Mas não, em nossos tempos, o único lixo produzido em escala crescente. Há também o lixo tradicional da indústria, que acompanhou desde o início a produção moderna. Sua remoção apresenta problemas não menos formidáveis que a do refugio humano, e de fato ainda mais aterrorizantes - e pelas mesmíssimas razões: o progresso econômico que se espalha pelos mais remotos recantos do nosso planeta “abarroado”, esmagando em seu caminho todas as formas de vida remanescentes que se apresentam como alternativas às sociedades de consumo.

No Brasil, o recebimento do refugiado é regido pela Lei 9.474 de 22 de julho de 1997. É considerado refugiado todo indivíduo que:

Devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontra-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país; não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não pode ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior; devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro. (Presidência da República Home Page. <http://www.planalto.gov.br>)

Mesmo esta lei brasileira tendo pouco mais de 20 anos, desde 1961 o Brasil é signatário

de convenções que garantiam a chegada e acolhida de pessoas em situação de deslocamento: a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados (Decreto nº50.215/61), o Protocolo de 1967 sobre o Estatuto do Refugiado (promulgado em 1972 -Decreto nº 70.946/72), a Convenção de 1951 das Nações Unidas (Decreto nº99.757/90) e outros instrumentos de proteção como a Declaração de Cartagena, a Declaração de San José sobre refugiados e pessoas deslocadas e a Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas (Barbosa, 2016). A promulgação da Lei de 1997 estabeleceu as regras que se aplicariam aos refugiados e aos solicitantes de refúgio no Brasil e originou o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) - órgão responsável por “analisar os pedidos e declarar o reconhecimento, em primeira instância da condição de refugiado, bem como por orientar e coordenar as ações necessárias à eficácia da proteção, assistência e apoio jurídico aos refugiados”. O CONARE é regulado pelo Ministério da Justiça e incorporado ao Itamaraty (que exerce a Vice-Presidência), pelos Ministérios da Saúde, Educação, Trabalho e Emprego, pela Polícia Federal e por organizações não-governamentais dedicadas a atividades de assistência como o Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH), as Cáritas Arquidiocesanas de Rio de Janeiro e São Paulo e a ONU (na representação da ACNUR). (Ministério das Relações Exteriores Home Page. <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR>)

Por ter passado anos em um regime ditatorial que adentrou as décadas de 70 e 80, o Brasil não desenvolveu durante esse tempo sua política de proteção internacional a refugiados. Havia um movimento contrário - de saída do país de milhares de brasileiros na condição de exilados - onde a igreja católica se encarregou de auxiliar na proteção a esses brasileiros. Entretanto, segundo Luiz Paulo Barreto (2010, p.17):

(...) havia muitos casos de pessoas perseguidas de países vizinhos que atravessavam a fronteira para resguardar suas vidas no Brasil porque sequer contavam com condições documentais ou econômicas de empreender uma viagem de maior duração para um continente mais distante. A Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro e a de São Paulo, desde 1975, ajudaram argentinos, chilenos, uruguaios que procuravam acolhida no Brasil, mesmo com o risco de, se fossem descobertos, serem entregues ao governo do país de origem.

Desde a abertura política, a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a consequente descentralização política-administrativa do Brasil, a gestão de políticas públicas para pessoas em condição de refúgio é de responsabilidade dos Estados e Municípios, que fazem uma espécie de governança compartilhada entre governo, sociedade civil e comunidade internacional para resolver dificuldades sociais, políticas, culturais, jurídicas e estruturais que pessoas nestas condições possam vir a enfrentar.

No caso específico de desenvolvimento deste trabalho e conhecendo a situação política atual da Venezuela, é importante entender a diferença entre o refugiado e o imigrante por motivos econômicos. Um imigrante por si só é aquele que deixa voluntariamente seu país de origem para instalar-se em outro pelo desejo de mudança, por razões familiares ou ainda razões de caráter pessoal. Mas se a motivação for exclusivamente econômica, trata-se de um imigrante e não de um refugiado. No entanto, essa distinção por vezes é confusa. Segundo o Manual de Procedimento e Critérios para Determinar a Condição de Refugiado da ACNUR (2004, p.16):

Por detrás de medidas econômicas que afetam os modos de vida de uma pessoa, pode haver intenções ou objetivos de cunho racial, religioso ou político dirigidos contra um grupo específico. Quando as medidas econômicas comprometem a sobrevivência de uma parcela específica da população (por exemplo, impedimento do direito ao comércio ou imposição de impostos discriminatórios sobre um grupo étnico ou religioso específico), as vítimas dessas medidas podem, tendo em conta as circunstâncias, tornar-se refugiados ao deixarem o país.

Segundo relatório divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 29 de agosto de 2018, cerca de 30,8 mil venezuelanos viviam no país. Destes, 10 mil cruzaram a fronteira nos seis primeiros meses de 2018. Deste total, 99% está no estado de Roraima - na cidade de Pacaraima e na capital Boa Vista. O IBGE estimou que até o final de 2018 mais 9,7 mil venezuelanos imigrariam para o Brasil. Para 2019, o órgão projeta a entrada de outros 15,6 mil. A partir de 2020, essa imigração tende a diminuir. Mas, caso a projeção do IBGE se concretize, o Brasil deve chegar em 2022 com cerca de 79 mil imigrantes do país vizinho.

2.1- O caminho dos venezuelanos no Brasil

Quando entre os anos de 2003 e 2008 a Venezuela passava por um período de aumento de suas riquezas e a ascensão de Hugo Chávez era algo concreto, os movimentos migratórios em direção ao Brasil foram de pessoas pertencentes às classes sociais mais ricas e com maior escolaridade, caracterizando um fluxo no qual ficava evidente a opção de contraposição em relação ao regime chavista (Silva, 2017). Desde 2015, já com Nicolás Maduro no poder e após perder as eleições legislativas - o que ocasionou um conflito de poderes - parte da população venezuelana começou a emigrar em maior número para alguns países da América Latina e o perfil destes imigrantes também mudou. Segundo João Carlos Silva (2017, p.7):

A situação atual da maioria dos venezuelanos que se encontra no estado de Roraima é de um movimento causado pelo desabastecimento e por um processo inflacionário que gera fome na população, que chega ao Brasil visivelmente debilitada em termos físicos.

Barbosa e Magnoli (2018) pontuam a gravidade da situação dos venezuelanos ainda antes da sua saída do país. Citam pesquisa da *Human Rights Watch* que contabiliza 13% da população da Venezuela com desnutrição; são mais ou menos quatro milhões de pessoas. E acrescentam:

Outras agências apontam para a perda de peso geral em função da crise de abastecimento: 72,7% da população perdeu, em média, 8,7 kilos no último ano. Em 2009 eram 3% as crianças abaixo do peso, agora são 15%. Imagine que alguém resolva sair nessas condições e encare viajar a pé durante dias, perdendo ainda mais peso e chegando ao seu destino ainda mais debilitado... Os venezuelanos estão saindo para terem o que comer. Vaciná-los e alimentá-los minimamente tem sido uma das primeiras ações empreendidas pela força-tarefa que o governo brasileiro organizou para lidar com o problema.

Segundo relatório feito em 2017 e divulgado em 2018 pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), o perfil do venezuelano que chega ao país é majoritariamente

jovem (72% do total entre 20 e 39 anos), predominantemente masculina (63%) e solteira (54%); a crise econômica e política é apontada por 77% dos participantes como o principal motivo para emigrar; os migrantes chegaram em sua maioria de ônibus e levaram uma média de 1 a 2 dias para chegar em Pacaraima, no lado brasileiro da fronteira; apresentam bom nível de escolaridade (78% com nível médio completo e 32% com superior completo ou pós-graduação); apresentam pouco conhecimento do Português; 82% do total são solicitantes de refúgio; cerca de 1/3 dos migrantes possui apenas o protocolo de refúgio, 23% possuem carteira de trabalho e 4% não possuem nenhum documento; mais da metade dos entrevistados (54,2%) utilizam seus rendimentos para enviar remessas monetárias (...) para cônjuge e filhos na Venezuela com a finalidade de ajudar no sustento desses familiares; entre as pessoas que não aceitariam realizar o deslocamento interno, a maioria não tem emprego ou possui menor escolaridade, ou seja, os segmentos mais vulneráveis; somente 25% afirmam pretender retornar à Venezuela (Simões, 2017).

O processo de readaptação dos venezuelanos ao buscarem uma nova vida em um país desconhecido acabou fazendo com que boa parte dos brasileiros que dividem o mesmo espaço também precisasse fazer alguns ajustes em suas rotinas. Os moradores de Pacaraima foram os primeiros a sentirem o impacto do alto fluxo de imigrantes vindos do país vizinho. No início a população era receptiva, mas com o crescente número de pessoas chegando o apoio à vinda dos novos moradores foi diminuindo. A preocupação com o surgimento de conflitos por disputa de emprego, vagas no sistema público, de ensino e de saúde mostrou-se legítima porque essa violência de fato aconteceu. Existia uma “sensação” de sobrecarga de serviços, quando na realidade o que se apresentava era uma gestão que não sabia como agir e que não estava preparada para receber a quantidade de pessoas que chegava. Também não tinha o apoio dos governos federal e estadual para atrair projetos de desenvolvimento econômico para a região e nem prover o necessário a uma população formada em sua maioria por desempregados inseridos no mercado informal.

Assim sendo, estavam criadas as condições para um conflito social que acentuou as diferenças e causou dificuldades de convivência e, conseqüentemente, a exclusão do “outsider”. Sentimentos como o preconceito e a xenofobia passaram a ser mais agressivos e mais evidentes. De acordo com Fernando Souza, integrante da Serviço Humanitário SUD, o sentimento de xenofobia também podia estar sendo estimulado por boa parte da imprensa, que no seu entender, deveria exercer um papel mais educativo:

A informação educativa é o grande segredo do melhor acolhimento destas pessoas, também com o número crescente de refugiados pelo mundo e o Brasil sendo um país de dimensões continentais, é possível absorvê-los sem maiores traumas distribuindo-os pelo país sem sobrecarregar somente uma única região. Com certeza a informação é a maneira de levar o correto entendimento de como os refugiados se sentem e de como podemos efetivamente ajudá-los em nossa pátria. (Governo do Brasil Home Page <http://www.brasil.gov.br>).

Por vezes, a abordagem que a imprensa faz quando se trata da figura do refugiado, é conflitante. Ela consegue ter uma visão isenta e construtiva e também violenta e preconceituosa. Tudo isso influencia a construção do refugiado no imaginário popular. Segundo Montúfar (2007, p.203) paralelo às políticas imigratórias e racistas (na Europa, por exemplo, o problema é o fluxo vindo do sul do globo e não do norte anglosaxônico) as sociedades atribuem ao imigrante valores distorcidos e diferentes dos que atribuem a si. E o que veem nos veículos de comunicação tem sempre um tom negativo associado a algum conflito e que não privilegia os aspectos positivos do imigrante, que são sempre minimizados ou invisibilizados. E diz :

A informação é de fundamental importância no contexto atual do evento migratório. Com ela se constrói um imaginário coletivo sobre a migração, se oferece um espaço para manter a própria identidade e abri-la para o contato com outras novas identidades, se põe à disposição para migrantes e migrantes em potencial dados que podem ajudá-los a decidir com maior responsabilidade sobre sua vida, e se coloca à serviço de imigrantes e sociedade informações e ferramentas que facilitam uma boa integração.

O profissional de comunicação atua como agente ativo quando ajuda a criar a realidade

social do meio. Se se pensar que a figura do refugiado é sempre vista de uma forma negativa, como um problema a ser resolvido - perdendo um pouco a perspectiva humana da questão - o jornalismo seria uma ferramenta importante na geração de um conteúdo que evidenciasse e apontasse soluções para a exclusão a que essas pessoas são muitas vezes submetidas. Focar sempre nas fragilidades dos personagens acaba por reforçar o estigma de não pertencimento do refugiado, o que acaba os limitando na sua reinserção na sociedade. Pereira e Bizerril (2007, p.131) defendem que a ideia de exclusão já está vinculada ao termo “refugiado”:

(...) se “internamente” existe uma tendência a classificar e estigmatizar os integrantes locais em escala ascendente e constante, logo, o “de fora” torna-se mais um marginalizado naquele contexto.

O resultado dessa supressão vem muitas vezes em forma de violência. Ainda com dados do relatório divulgado pela OBMigra (Observatório das migrações Internacionais) feita com os venezuelanos chegados ao Brasil, uma parcela significativa dos entrevistados destacou ter sofrido preconceito praticado por cidadão comum cujo principal motivo foi apenas o fato de ser estrangeiro (Simões, 2017).

2.2 - A violência contra os venezuelanos

Reagir contra populações desprivilegiadas e que transitam pelo mundo em busca de uma vida melhor não é uma exclusividade brasileira. Mas no caso do Brasil o que se viu foi a incapacidade por parte da população local em lidar com a situação e por parte dos venezuelanos o medo ao serem expulsos da cidade após o ápice de violência desde o início da sua entrada no país, em 2015. No dia 18 de agosto de 2018, após a notícia de que um comerciante local teria sido roubado e espancado por quatro venezuelanos, um grupo de brasileiros (homens e mulheres armados de paus e pedras) se organizou via redes sociais e atacou acampamentos improvisados onde famílias inteiras de imigrantes estavam alojadas. O local foi destruído, queimado e os imigrantes foram mandados embora da cidade - tudo filmado e espalhado nas redes sociais. Segundo a polícia local,

1,2 mil venezuelanos cruzaram a fronteira de volta para a Venezuela. A maioria voltou a pé e há relatos de que alguns fugiram para áreas de mata e montanhas próximas ao município. No tumulto, a estrada que liga a capital do Estado a Pacaraima (BR-174) foi bloqueada com pneus sendo queimados por 5 horas e a estimativa da polícia é de que mil pessoas participaram dos atos de violência. Esse foi o mais grave caso de brutalidade contra imigrantes, mas não foi o primeiro. Em fevereiro de 2018 um homem foi acusado de incendiar a casa onde viviam 14 adultos e uma criança de 3 anos. Dias depois, foi atirada uma bomba em uma casa que abrigava 31 imigrantes. Em março, 300 brasileiros expulsaram 200 venezuelanos de um albergue e queimaram seus pertences. (El País Home Page, <https://brasil.elpais.com/brasil>).

O comportamento excludente que se vê acontecer com cada vez mais frequência contra imigrantes mundo afora pode ser explicado pela especialista em imigração, psicóloga e socióloga Ana Gebrim em entrevista dada à repórter Camila Salmazio no portal Brasil de Fato. Ela vê basicamente três grandes políticas contra esse grupo específico: a política do muro, a política da indiferença e a necropolítica:

A primeira é que os países cada vez mais tem produzido mecanismos e dispositivos de fronteiras, de restrição, de barreiras e impedimentos para que as pessoas não entrem nos países que elas querem imigrar. A política da indiferença é que por mais que a realidade seja amplamente retratada, noticiada por meios de comunicação (...) isso não gera qualquer tipo de mudança (...). É como se quanto mais a realidade é retratada, mais isso gera quase que um efeito de anestesiamento. Em terceiro lugar, intrincado com os três discursos, tem a necropolítica, uma ordem de discurso de fazer com que a vida das pessoas seja cada vez mais precarizada, delegando a vivência das pessoas quase que como mortas-vivas. Restrição absoluta da possibilidade de ter uma vida qualificada no sentido de ascender aos direitos humanos básicos, a possibilidade de se instalar, de circular, de se adquirir bens básicos para a vida são quase todos restringidos. (...) Isso tudo é reflexo de uma política mundial, que toma o imigrante como bode expiatório. (Brasil de Fato Home Page <https://brasildefato.com.br>).

O medo, a insegurança e a inércia do governo em se organizar e tomar as providências necessárias para a nova ordem social que se estabelecia acabou por gerar na população das cidades fronteiriças um ressentimento que voltou em forma de hostilidade. Ao cogitar o fechamento da fronteira ou colocar limites na quantidade de pessoas que

podiam dar entrada no Brasil o governo federal agiu de forma restritiva, o que gerou revolta em parte da sociedade e nas entidades defensoras de direitos humanos. Quando o próprio governo passa a mensagem de que a figura do refugiado é um incômodo e não é bem vinda, a população absorve e o efeito pode vir em forma de violência. O Comitê para Migrações de Roraima (COMIRR) - uma rede de instituições da sociedade civil voltada ao serviço, acompanhamento e defesa de quem migra - divulgou nota de repúdio (COMIRR, 2018, p.1) que evidencia a forma equivocada com que o assunto foi tratado pelo governo estadual:

(...) ao tentar restringir direitos à população de determinada nacionalidade através de decreto e com seus reiterados pedidos de fechamento de fronteira, o Governo Estadual de Roraima alimenta o discurso xenofóbico de parte da população local, o que contribuiu significativamente para o acirramento da tensão social e disseminação de discursos de ódio. Autoridades de diferentes níveis da Federação e dos três Poderes que disseminam a discriminação e pleiteiam medidas populistas e inconstitucionais como o fechamento de fronteira ou cota de entrada de migrantes vêm agindo de forma irresponsável. Episódios deploráveis (...) encontram inspiração em discursos e medidas xenofóbicas por parte do poder público.

2.3 - O jornal *Folha de S.Paulo*

Se o governo não lida de forma assertiva com a resolução de suas questões internas e acaba por influenciar na forma como a população reage ao lidar com o outro, resta saber se a influência de um determinado veículo de comunicação pode ter alguma decisão em como o resto do país enxerga a mesma questão. Para alcançar o objetivo deste trabalho, se faz necessário ter referências sobre o objeto de estudo - no caso, o jornal *Folha de S. Paulo* - e como sua abordagem e seu alcance em termos de quantidade de leitores ajuda a construir conceitos e pautar assuntos na construção da realidade social do país. A forma escolhida pelo jornal para tratar de um assunto delicado como a imigração pode determinar por qual viés o leitor - principalmente aquele que não vive *in loco* a situação - começará a pensar e refletir sobre o tema.

Situado na capital com maior concentração populacional do país, o jornal *Folha de S. Paulo* é resultado de uma fusão dos títulos “Folha da Manhã” (1925), “Folha da Tarde” (1949) e “Folha da Noite” (1921) que em 1960 deram origem ao atual conglomerado de mídia - que também edita as revistas *sãopaulo*, *Serafina* e *Guia Folha*, o jornal *Agora*, e que conta ainda com a maior empresa brasileira de conteúdo e serviços de internet (UOL), a maior gráfica comercial do Brasil (Plural), um dos maiores institutos de pesquisa do país (Datafolha), uma editora de livros (Publifolha), uma livraria virtual (Livraria da Folha), uma agência de notícias (Folhapress) entre outros negócios. (Folha de S. Paulo Home Page <https://www1.folha.uol.com.br>).

Considerado um dos mais importantes jornais do país, o periódico circula diariamente nas principais capitais brasileiras e tem o maior alcance quando somados os assinantes da versão impressa e online entre todos os diários nacionais (o jornal *O Globo*, no Rio de Janeiro e o jornal *Super Notícia*, de Minas Gerais possuem maior número de exemplares impressos mas a *Folha de S. Paulo* tem mais adesão online). O jornal destinado às classes A/B tinha, de acordo com o Instituto Verificador de Comunicação (IVC) até o fim do primeiro semestre de 2018, uma média de tiragem para sua versão impressa de 115.232 assinaturas. Já os assinantes digitais somavam 191.247 o que totaliza uma média de 306.479 assinantes (sem contar venda em banca). (Poder 360 Home Page <https://www.poder360.com.br>).

O número de seguidores nas redes sociais também dá ao jornal *Folha de S. Paulo* o maior número de engajamento entre leitores de todos os diários do país. No Facebook o jornal possui 5.837.823 seguidores. Já no Twitter são 6.432.915 seguidores e mais de 1 milhão no Instagram (dados de 19/12/2018). O fato de o periódico possuir uma edição que circula nacionalmente, ser distribuído para diversas capitais e algumas cidades do interior do Brasil e ter massiva adesão online faz com que seja importante entender a abrangência que o seu conteúdo tem e quantas milhares de pessoas usam seu material produzido para se informar. Quanto mais gente tem acesso ao que o jornal é capaz de gerar mais esse conteúdo serve de matéria-prima para a confecção de ideias e conceitos

que vão embasar opiniões e pensamentos de cada cidadão. E quando se aborda assuntos como imigração, violência e xenofobia, isso pode ser usado para o bem ou para o mal.

Sabendo que refugiados ingressam na paisagem jornalística já com a desvantagem de ter perdido parte da sua identidade e de ter que conviver com rótulos negativos durante toda a sua tentativa de reconstrução de vida, será analisado no próximo capítulo a forma com que o referido jornal tratou a questão em termos de apresentar o problema para o seu leitor. Será analisado o uso ou não de textos com características do Jornalismo para a Guerra e a escassez ou não de discussões propositivas que auxiliassem o público consumidor de informação a enxergar alternativas outras que não apenas o uso da violência ao lidar com a questão do imigrante venezuelano em busca de refúgio no Brasil.

3. Metodologia da pesquisa

O ponto de partida desse estudo é constatar a inexistência de um Jornalismo para a Paz na imprensa brasileira a partir da análise do jornalismo atual, pela importância que este tem na comunicação dos fatos associados a situações de conflito e emergência social e sua percepção por parte da comunidade que recebe essa comunicação. Para isso, foi escolhido identificar no jornal *Folha de S. Paulo* como a crise migratória venezuelana ocorrida no Brasil no ano de 2018 foi veiculada sob a ausência deste conceito e sob a ótica do seu oposto, o Jornalismo para a Guerra. Para chegar à isso, foi necessário um trabalho de pesquisa teórica com autores de referência sobre Jornalismo para a Paz e Jornalismo para a Guerra e mais um trabalho empírico de seleção de 36 artigos noticiosos feitos no jornal mais lido do país. O período específico escolhido foi o mês em que houve a maior escalada de violência contra refugiados venezuelanos no Brasil. É no universo desse período que selecionamos a amostra de notícias referentes aos eventos associados a estes imigrantes venezuelanos para análise. Trata-se de uma investigação com método qualitativo, usando a análise de conteúdo como instrumento de investigação.

Por se tratar de refúgio - o que já implica temor e/ou perseguição e violação de direitos humanos - interessa-nos verificar se o jornalismo apresentado pelo periódico em estudo trata e considera o refugiado como um indivíduo pleno na sua integridade e diversidade cultural ou se o vê apenas como um problema. Se o que reporta para seu público leitor é um panorama positivo sobre essa nova ordem social que se instaura ou apenas trata o fato novo como um incômodo proporcionado pelos recém-chegados. Tenta-se verificar também até que ponto a visão de um refugiado passa unicamente como sendo alguém beneficiário de caridade e não como possível protagonista de sua própria história e criador de desenvolvimento no local onde emigra. Se o conteúdo jornalístico gerado leva em consideração e mostra para seu leitor os aspectos positivos da presença estrangeira para a sociedade brasileira.

A partir destas suposições, foi usada a tabela de Galtung (presente neste trabalho, pgs 9 e 10) como referência para a construção da grelha de análise. Desta forma, foram recolhidos os dados que serão apresentados mais adiante.

O trabalho tem como objetivo particular refletir sobre a forma como o jornalismo vem sendo feito no Brasil no que diz respeito a questões delicadas como refúgio/migração/acolhimento pela ótica da crise imigratória venezuelana no país. Através do conteúdo exposto ao público leitor do maior jornal do Brasil será possível analisar de que forma ele vem sendo informado sobre assuntos que exigem um pouco mais de cuidado para que situações complexas e delicadas encontrem uma solução mais efetiva e duradoura. Mais especificamente, o trabalho visa identificar nas páginas do jornal de maior alcance (no quesito circulação e acesso na web) - *Folha de S. Paulo* - a existência das características de Jornalismo para a Guerra nos textos veiculados no mês de agosto de 2018 para, a partir disso, comprovar a ausência e a necessidade do seu oposto - o Jornalismo para a Paz - e a posterior reflexão sobre os efeitos disso.

Para analisar a cobertura jornalística foi feito o uso de técnicas e métodos de pesquisa que envolvem características qualitativas. Na primeira fase do trabalho foi feita a análise documental e pesquisa bibliográfica para embasar as teorias investigadas. Na segunda fase, a empírica, foi usado o conceito de análise de conteúdo a partir da análise de dados recolhidos. O primeiro momento da pesquisa foi um processo de muita leitura para a sistematização de ideias e estabelecimento da linha de pensamento. Livros, sites, revistas digitais especializadas, artigos nacionais e internacionais foram consultados para aprofundamento e conhecimento do conceito de Jornalismo para a Paz e Jornalismo para a Guerra. A etapa empírica, da análise de conteúdo, foi um processo cuidadoso de seleção e refinamento do material para a análise de conteúdo e aplicação desta metodologia nas matérias jornalísticas.

A metodologia em questão, da análise de conteúdo, tem por definição segundo Bardin (1977, p.38) “um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza

procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Bardin (1977, p.30) ainda atribui à ela duas funções:

Uma função heurística: a análise de conteúdo enriquece a tentativa exploratória, aumenta a propensão à descoberta. É a análise de conteúdo “para ver o que dá”; e uma função de administração da prova: hipóteses sob a forma de questões ou de afirmações provisórias servindo de diretrizes apelarão para o método de análise sistemática para serem verificadas no sentido de uma confirmação ou de uma infirmação. É a análise de conteúdo para servir de prova.

Bardin (1977, p.36) também defende que não existem regras fechadas para análise de conteúdo, mas uma base que pode ser aplicada. Elas seriam:

Homogêneas: pode-se dizer que “não se misturam alhos com bugalhos”; exaustivas: esgotar a totalidade do texto; exclusivas: um mesmo elemento do conteúdo não pode ser classificado aleatoriamente em duas categorias diferentes; objetivas: codificadores diferentes devem chegar a resultados iguais; adequadas ou pertinentes: isto é, adaptadas ao conteúdo e ao objetivo.

Assim, o que foi feito foi estabelecer 4 categorias e, dentro delas, 12 subcategorias para que a investigação dos dados fosse feita de maneira assertiva e precisa e, com a linha estabelecida, os resultados fossem precisos e confiáveis.

3.1- A conceitualização do método

Para encaixar o método na proposta prática do trabalho, primeiro foi necessário a escolha do corpus da pesquisa. São as notícias e reportagens veiculadas no jornal *Folha de S. Paulo* que tratavam da migração venezuelana em Roraima, na fronteira entre Brasil e Venezuela. Entra na pesquisa, como nossa amostra, apenas textos assinados e publicados no mês de agosto de 2018. A escolha por este jornal - principalmente por ser em números o maior jornal do país e considerar referências de engajamento em redes sociais e de assinantes (cf. capítulo 2, p.30) - também leva em conta o alcance de leitura que este periódico possui. Sendo um dos mais importantes veículos de comunicação do

Brasil, é natural que esteja associado a este grupo de comunicação a credibilidade, o que faz com que a *Folha de S. Paulo* seja sempre a opção na busca de informação verificada. Respeitado como empresa de comunicação, o Grupo Folha faz parte do dia a dia do brasileiro, e a forma como a informação produzida pelo jornal é capaz de chegar aos lugares mais distantes de um país do tamanho do Brasil (principalmente online) é importante para entendermos como seu público leitor vai entender a crise imigratória na fronteira.

A escolha por textos assinados foi uma opção por dar mais proximidade e credibilidade ao que é reportado. Parte-se do pressuposto de que o repórter está ou em algum momento esteve lá - e será capaz de reportar com mais precisão ante a realidade social apresentada. No caso de assinatura de colunistas, estes emitirão opinião embasada e se responsabilizarão pelo que foi dito, o que faz o conteúdo ser mais confiável e fundamentado. Esta opção elimina automaticamente conteúdos distribuídos por agências de notícias. O material produzido dessa forma padroniza a informação e tende a não escrever para públicos direcionados e suas especificidades, o que faz com que a notícia seja engessada. Notas curtas também foram preteridas por não possuírem texto bastante que apresente dados suficientes para análise.

O período escolhido (agosto de 2018) foi por se tratar do mês em que houve o mais violento conflito entre brasileiros e imigrantes venezuelanos desde o início da entrada em massa dos refugiados em 2015. A expulsão dos venezuelanos por brasileiros armados de paus e pedras no dia 18 do referido mês - e a conseqüente volta forçada de mais de mil deles para o seu país de origem - de alguma forma estabeleceu os parâmetros de de que maneira as notícias sobre o ocorrido seriam abordadas a partir daí. A tríade imigração/refúgio/violência passou a ser mais frequente até dez dias após o ocorrido depois de um período “fraco” de notícias sobre a crise nos dias anteriores ao ato violento.

Ainda na busca em encaixar o método na proposta prática do trabalho, a segunda coisa a ser feita foi explicitar a unidade de registro para fazer a seleção das notícias. Em um primeiro momento a palavra-chave usada em uma pesquisa via filtro online no site do jornal (dentro do período estipulado) foi “venezuelanos”.

Nesta primeira amostra foram encontrados 118 resultados, mas como o termo era muito abrangente acabou incluindo cartas de leitor, notas, editoriais, conteúdo de agências, reportagens especiais, etc. Após uma leitura prévia do material, dos 118 resultados encontrados apenas 73 deles eram efetivamente sobre a crise migratória no Brasil. Os 45 descartados tratavam de assuntos gerais como “Equador abre corredor humanitário para venezuelanos chegarem ao Peru” ou “Moeda criada por Maduro não tem negócios e é desconhecida por venezuelanos”.

3.2- Refinamento do corpus

Para chegar aos textos finais usados na análise foram adotadas as seguintes etapas:

- (i) após pesquisa genérica com o termo, foram excluídos os textos que não aplicavam o termo “venezuelanos” nos objetivos da pesquisa
- (ii) foram selecionadas manualmente por leitura prévia apenas os conteúdos que continham a referida palavra abordando especificamente a crise migratória no Brasil
- (iii) também foram excluídos textos em que o tema da crise migratória venezuelana no Brasil não fosse o assunto principal mas apenas uma citação ou opinião dentro de um outro contexto
- (iv) permaneceram para análise apenas os textos devidamente assinados por profissionais do jornal e colunistas contratados

Sendo assim, dos 73 textos inicialmente selecionados, apenas 36 se mantiveram dentro dos critérios estabelecidos para análise e 37 foram excluídos da amostra.

3.3- Categorização

Usando a tabela de Johan Galtung (apresentada neste estudo na página 9 e 10) sobre características de Jornalismo para a Guerra como base para formular as categorias e subcategorias para análise, os 36 textos selecionados seguiram a seguinte divisão de categorias e subcategorias para a investigação e análise de conteúdo:

3.3.1- Categoria “Cabo de Guerra”

Entram nesta categoria textos onde o conflito é apresentado como um espaço de vencedores e perdedores

- (i) disputa: aparece no conteúdo a intenção de delimitar o cenário do conflito sempre evidenciando dois atores e apenas um vencedor

- (ii) nós X eles: jornalismo praticado na base da separação entre o que se refere “a nós” e o que se refere “a eles” sem a intenção de dar unidade ao fato como um problema coletivo

- (iii) particularização: foco do texto no "nosso" sofrimento (tentativa de evidenciar no que o brasileiro foi prejudicado e não na condição adversa do venezuelano)

- (iv) desumanização: conceito implícito de "vitória" nos textos quando o “problema”, no caso o venezuelano, foi controlado. É sempre ele que perde e é sempre ele o reprimido

3.3.2- Categoria “Como ver o outro”

Entram nesta categoria textos que mostrem a forma como o refugiado é apresentado ao leitor

- (i) problematização do venezuelano: sua chegada associada a coisas ruins como violência, crimes, roubos, assassinatos, prostituição, doenças, outros
- (ii) linguagem que o descreve: palavras contidas nos textos que vitimizam o refugiado e sua situação ou que o definam através de traços de personalidade. Pode haver uso de termos pejorativos
- (iii) analogia: como é apresentado/identificado o brasileiro em comparação ao refugiado na reportagem: se como igual, melhor, inferior, menos ou mais instruído, não cita

3.3.3 - Categoria “Lugar de fala”

Entram nesta categoria conteúdo que mostre quem aparece como voz/personagem principal nos textos

- (i) depoimento/opinião : quem é mais frequentemente consultado para depoimento/opinião e fonte de informação sobre a situação do refugiado (exceto em cases): ele mesmo, autoridades oficiais, ONGs, exército, outros
- (ii) resolução dirigida: textos direcionados para que as elites (fontes oficiais) sejam apontadas sempre como as únicas responsáveis por encontrar a solução do conflito
- (iii) a fala do refugiado: quando ele é o personagem da matéria fala sobre o quê: choque

Jornalismo para a Guerra? A crise migratória venezuelana no Brasil como estudo de caso cultural, violência, adaptação, crimes cometidos por venezuelanos, esperança, ilegalidade de permanência, maus tratos, preconceito, problemas econômicos, problemas no seu país de origem, desejo de ficar, desejo de retorno, alívio, outros.

3.3.4 - Categoria “Imediatismo”

Entram nesta categoria textos que mostram abordagem apenas para o agora, sem aprofundar causas, consequências e desenvolvimento a longo prazo

- (i) decorrências : foco dos textos apenas nos efeitos visíveis da violência (danos materiais e físicos) e não nos invisíveis (como traumas, danos culturais, estruturais, etc)

- (ii) descontextualização: textos com abordagem sobre quem começou o conflito, sem contextualização dentro da própria matéria (apenas disponibilizados links para outros desdobramentos)

4- Análise dos resultados

Entender o recorte feito pelo jornal mais lido do país quando o assunto é o refúgio de venezuelanos no Brasil e saber que muitas opiniões serão formadas a partir do modo como ele escolhe divulgar a informação é parte importante desta investigação. Assim sendo, faz-se necessário perceber que escolher a quem dar voz também é uma parte importante da construção de um texto jornalístico. Ao selecionar a fonte que será a responsável por corroborar o viés escolhido para a informação que chegará ao leitor, o jornalista começa a construir a forma como o público enxergará o refugiado. O espaço dado a quem vai ter sua fala mencionada no conteúdo jornalístico também é uma escolha do repórter, e essa escolha pode variar conforme a realidade que está sendo criada. A questão, então, será saber se o profissional nada mais é do que um filtro, que traduzirá o discurso e o enquadrará conforme sua intenção.

Muitas das falas (frases) contidas nos 36 artigos selecionados para esta análise carregavam consigo um tom negativo, xenofóbico e imediatista. Tanto vindo do cidadão comum quanto do poder público. Isto pode ser visto como o reflexo de uma população acuada e na defensiva ante a nova organização social a que foram submetidos mas também a uma escolha do jornalista por mostrar a situação no seu cerne conflitivo, sem a intenção de procurar recursos ou provocar discussões que privilegiem a busca por soluções ao problema.

Apenas um dos 36 textos selecionados foi construído de forma a expandir o discurso sobre os acontecimentos e tentar incluir processos e perspectivas que tivessem como objetivo soluções pacíficas e criativas. E essa é a raiz do que seria o Jornalismo para a Paz. A sua ausência nos coloca de frente com o Jornalismo para a Guerra. Junta-se a isso uma forte inclinação do jornal *Folha de S. Paulo* para o uso majoritário de fontes oficiais (muitas vezes dissertando inclusive sobre como se sente o próprio refugiado) e uma grande associação da figura do venezuelano a acontecimentos ruins. O que é feito a seguir é o detalhamento da investigação em cada categoria de análise.

4.1- Categoria “Cabo de guerra”

Na análise da categoria 1 - que é a existência de um jornalismo dicotômico que enxerga na situação de conflito um espaço apenas para vencedores e perdedores - ficou evidente o uso da caracterização do que se viu na tabela de Galtung (cf. capítulo 1, p. 9) como Jornalismo para a Guerra. Seguidamente foi abordado nos textos o fato de existir uma disputa entre as partes com uma delas sendo a vencedora e a outra a derrotada. Ao optar por fazer este tipo de divisão, o profissional coloca o leitor na condição de “torcedor”, que ao final da leitura escolherá um lado e se posicionará a favor ou contra quem achar melhor. Os trechos a seguir mostram a disputa entre as partes - brasileiros e venezuelanos - e que, no final, sempre tem no refugiado a figura do vencido.

Grupos de brasileiros estão perseguindo refugiados venezuelanos que vivem na cidade de Roraima e queimando seus pertences (...). Agredidos com pedaços de pau, os refugiados foram expulsos das tendas que ocupavam (...). (FSP, 18.08.2018, *Refugiados venezuelanos são agredidos e expulsos de tendas em Roraima*)

[...]

No fim da tarde a rodovia abriu, ainda que os brasileiros comemorassem vitória, trocassem análises políticas e considerassem ter passado o recado: 'Quem manda no Brasil é os brasileiros'. (FSP, 19.08.2018, *Eles nos expulsaram como cachorros, diz imigrante venezuelana em Roraima*)

[...]

O comerciante Manoel Soares, 53, estava visitando no sábado (18) uma cidade vizinha a Pacaraima, em Roraima, quando soube do confronto entre brasileiros e venezuelanos e imediatamente decidiu voltar para ajudar os moradores a expulsarem os imigrantes, mas acabou chegando muito tarde. (FSP, 20.08.2018, *Temos que defender o município, diz morador de cidade palco do confronto em RR*)

[...]

A governadora Suely Campos, (PP) aposta todas as fichas no discurso linha dura contra imigração para tentar ressuscitar sua popularidade (...). (FSP, 31.08.2018, *Crise migratória vira principal assunto da eleição em Roraima*)

Nota-se no conteúdo acima que as sequências de reportagens mostram uma construção de discurso que privilegia o aspecto conflitivo da disputa e coloca o brasileiro sempre em situação de superioridade, chegando ao ponto de lamentar, como visto em uma das frases, que o comerciante acabou 'chegando muito tarde' (para expulsar imigrantes). No que se refere à prática de um jornalismo baseado no “nós X eles”, sem considerar o tema imigração como um problema coletivo, o jornal se mostrou pouco atento às pequenas demonstrações de que lados estavam sendo escolhidos.

Nos trechos a seguir vê-se uma clara divisão que não considera o fato de todos serem pessoas e todos serem merecedores do mesmo tratamento. Aqui nota-se que os escolhidos para terem fala no contexto das matérias são separatistas e individualistas. Dar voz a todos os envolvidos - inclusive aos venezuelanos - não foi uma opção e acabou dando um tom de concorrência para um assunto delicado. O problema não é apresentado como uma dificuldade de todos e não há empatia envolvida:

No hospital local médicos trataram cinco brasileiros que não precisaram de internação. Não havia informação de venezuelanos (...). FSP, 18.08.2018 (*Refugiados venezuelanos são agredidos e expulsos de tendas em Roraima*)

[...]

“O governo federal vê só a parte dos venezuelanos, não vê a parte do roraimense afetado [diz a atual governadora do Estado]. FSP, 31.08.2018 (*Crise migratória vira principal assunto da eleição em Roraima*)

[...]

De dia eles estão na rua, concorrendo com nossa mão de obra (...). [diz José de Anchieta Júnior, ex-governador de Roraima e candidato ao governo]. FSP, 31.08.2018 (*Crise migratória vira principal assunto da eleição em Roraima*)

[...]

Jornalismo para a Guerra? A crise migratória venezuelana no Brasil como estudo de caso

O candidato a deputado estadual [Ezequiel Calegari] também defende restrições na entrada e aponta os venezuelanos como culpados pelo aumento de violência no estado. 'Também tem bandido no Brasil, mas são os nossos, não precisamos importar bandidos'. FSP, 31.08.2018 (*Crise migratória vira principal assunto da eleição em Roraima*)

Nesta sequência nota-se que todas as fontes oficiais ouvidas têm no seu discurso uma ideia clara de que existem lados - o “meu” e o “deles”. Dizer separado o número de feridos (brasileiros e venezuelanos) é não considerar que são todos pessoas e que, por isso, merecem serem contadas juntas. E dar voz apenas a autoridades e candidatos a cargos públicos que fazem uso da retórica anti-venezuelana acaba reforçando no imaginário popular a ideia de que esses refugiados não são bem vindos e de que serão tratados de forma diferenciada. Em época de pré-eleições é necessário considerar os dois lados, mas neste caso, a reportagem optou por mostrar apenas discursos contra a “invasão venezuelana”.

Em outra sequência de frases que particularizam o “nosso” sofrimento, ou seja, no que o brasileiro foi prejudicado e não na condição adversa do venezuelano, o jornal demonstra interesse em mostrar a quem não acompanha o problema *in loco* que existe um incômodo sendo criado pela chegada dos refugiados e de como isso reflete no dia a dia da população local. Ao optar por mostrar apenas os transtornos e os prejuízos que esse convívio pode trazer ele condiciona o leitor a não considerar que coisas boas possam surgir desta convivência. Mostrar que o brasileiro está insatisfeito e sendo prejudicado parece ser a linha traçada para abordar alguns aspectos da situação.

Para Soares, esse fluxo de imigração trouxe graves consequências para a cidade. 'Acabou o comércio, acabou o turismo', diz ele, que afirma que viu uma queda de 90% nas vendas. 'Essa imigração veio para destruir tudo. A polícia não dá conta, a saúde não dá conta, a educação não dá conta. O Estado estava começando a se recuperar e essa imigração destruiu tudo', afirmou. FSP, 20.08.2018 (*Temos que defender o município, diz morador de cidade palco do confronto em RR*)

[...]

Jornalismo para a Guerra? A crise migratória venezuelana no Brasil como estudo de caso

'As pessoas reclamam muito, porque elas perderam seus espaços', diz Teresa Surita, prefeita de Boa Vista. (...) 'Em qualquer supermercado ou serviço público tem venezuelano abordando as pessoas, pedindo dinheiro'. FSP, 26.08.2018 (*Venezuelanos sobrecarregam serviços público sem RR, que vive crise fiscal*)

[...]

Com recursos federais seriam alugados apartamentos pela prefeitura para os venezuelanos (...). 'O brasileiro ganha um salário mínimo e tem que pagar aluguel; agora porque eles são venezuelanos e chegaram aqui vão receber aluguel solidário e vale alimentação?', pergunta a advogada Josy Keila Carvalho, ex-candidata ao Senado". FSP, 31.08.2018 (*Crise migratória vira principal assunto da eleição em Roraima*)

Novamente o venezuelano é invisibilizado na sua situação adversa e o brasileiro é colocado como a vítima. O conceito de desumanização também aparece no momento em que o refugiado é tratado como um problema e passa a ser controlado e reprimido por causa disso (gerando um sentimento de 'vitória').

Majid Tehranian (2002) - na sua proposição de complementar a escala de Galtung criando os 10 mandamentos para o Jornalismo para a Paz (cf. capítulo 1, p.10) - não encontraria nesta categoria "Cabo de Guerra" a confirmação de seus mandamentos, o que nos aponta para a presença do Jornalismo para a Guerra. O item 1, segundo ele, é "Nunca reduzir as partes de um conflito em duas" e é exatamente o que a categoria recém apresentada não fez.

Foi notório na análise das notícias a necessidade do jornal em apontar lados, em travar disputas, em mostrar apenas os efeitos visíveis (quantificar as destruições) sem se preocupar em aprofundar as questões ou até em dar voz a uma diversidade maior de envolvidos. Foi recorrente o discurso dualista e muitas vezes raivoso na forma como o tema refúgio foi apresentado e tudo isso tem forte impacto na forma como quem consome a informação constrói opinião.

4.2- Categoria “Como ver o outro”

Na análise da categoria 2, que se concentrou na forma como o refugiado foi apresentado ao leitor, viu-se a recorrente associação do venezuelano com coisas ruins. A teoria de Johan Galtung e Mari Holmboe Ruge (1965) sobre a assimetria entre o positivo e o negativo (cf. capítulo 1, p.5) se confirmou porque o discurso negativo foi fortemente privilegiado e o positivo quase inexistente. Em absolutamente todas as matérias selecionadas para análise, a palavra venezuelano sempre carregou consigo o indicativo de alguma disfunção, de algo que prejudicou alguém, do aumento de crimes e violência, do aparecimento de alguma doença e sua chegada jamais foi apresentada como algo positivo, com vantagens e benefícios.

Nas citações a seguir vê-se a predileção do jornal por colocar frases de autoridades oficiais do governo expondo o “perigo” que a chegada dos refugiados representa, colocando em evidência para o leitor que os responsáveis pela manutenção da ordem e do bem estar de seu país não veem com bons olhos a entrada dessas pessoas. Ao não contextualizar a situação e simplesmente passar a ideia de que deve-se ter medo de refugiados por serem perigosos, o conteúdo jornalístico privilegia dar voz a um grupo que se mostra incapaz de lidar com as demandas que a circunstância exige e que acaba colocando no outro a culpa pela degradação da situação. Amenizar o tom de medo ou abrir uma discussão sobre o preconceito que sai de parte do próprio governo não parece fazer parte das demandas jornalísticas do veículo:

De acordo com ela [a governadora do Estado] 'a população do estado cresceu 10% com a presença dos venezuelanos, sendo que muitos deles têm elo com crimes'. FSP, 01.08.2018 (*RR obrigará venezuelanos a mostrar passaporte para ter atendimento médico*)

[...]

Roraima hoje é uma zona de conflito [Romero Jucá, candidato à reeleição ao Senado]. FSP, 20.08.2018 (*Após pedido de RR, governo federal diz que fechar fronteira é impensável*)

[...]

Tem que abrir um campo de refugiados, você não pode simplesmente deixar um pessoal lá habitar todos os espaços vazios (...). Não pode deixar o pessoal jogado na rua, deixar o pessoal fazer necessidades fisiológicas na rua. Ficar na rua praticando atos de vandalismo ou de crimes” [Jair Bolsonaro, candidato à presidência]. FSP, 20/08/2018 (*Bolsonaro diz que cometeu ato falho e que jamais pensou em sair da ONU*)

Para além da opinião oficial dos governantes, o jornal também mostra que a população local adotou o discurso anti-venezuelano e mantém seu leitor com um pensamento negativo sobre a questão, sem construir novas formas de se enxergar o problema, apenas reforçando a participação venezuelana em atos criminosos, de violência, mendicância e agressividade:

Circulam nas redes sociais dezenas de vídeos com supostos assaltantes venezuelanos, chamados de 'venecas larápios' recebendo corretivo de brasileiros indignados. FSP, 21.08.2018 (*Boatos alimentam conflito com venezuelanos em região de fronteira*)

[...]

Eles (os venezuelanos) ficaram oito meses morando na rodoviária, urinando e defecando no meio da rua [Manoel Soares, morador]. FSP, 20.08.2018 (*Temos que defender o município, diz morador de cidade palco do confronto em RR*)

[...]

Em Pacaraima, onde viviam apenas 5000 pessoas na região central e agora existem de 500 a 700 venezuelanos morando nas ruas, os dados são mais preocupantes. Segundo a delegacia da cidade, 65% dos boletins de ocorrência registrados no município em 2018 envolvem venezuelanos. FSP, 26.08.2018 (*Venezuelanos sobrecarregam serviços públicos em RR, que vive crise fiscal*)

[...]

Jornalismo para a Guerra? A crise migratória venezuelana no Brasil como estudo de caso

Uma das mulheres ouvidas na cidade, Nayara, diz que o capitão reformado 'vai chutar todos esses venezuelanos para fora'. FSP, 27.08.2018 (*Cobertura encontra monstro da xenofobia em Pacaraima*)

A construção do discurso vitimizador também é visto em algumas passagens. Apresentar o venezuelano puramente como receptor de caridade, alguém inferior e que é colocado repetidamente em posição submissa aparece especialmente em reportagens que concentram a história em uma só pessoa, o que é chamado no jornalismo de 'case'. A realidade pode até ter esse nível de crueldade, mas o problema aqui está no jornal não mostrar - em nenhuma das 36 notícias estudadas - o refugiado como responsável pelo seu próprio desenvolvimento, pela sua reconstrução e aparecer sempre na condição de ajudado:

(...) barracas são construídas e mantidas pelo Exército brasileiro, que também distribui alimentos aos venezuelanos três vezes ao dia na operação de acolhida, complementar à de controle de fronteira. FSP, 15.08.2018 (*Venezuelanos em Roraima vivem em tendas tecnológicas da IKEA*)

[...]

Sempre quando chega a hora das refeições dos pacientes, 11:30 e 17:30, o Hospital geral de Roraima fica cheio de venezuelanos. Muitos pegam pulseirinhas de identificação que foram jogadas no lixo e se fingem de acompanhantes de pacientes para poder comer. Outros entram no pronto-socorro e dizem estar com muita dor de cabeça, para serem internados e ganharem um almoço. (...) O cotidiano dos venezuelanos que vivem em Roraima é feito de pequenas e grandes indignidades. FSP, 26.08.2018 (*Migrantes vivem cotidiano de fome, preconceito e violência*)

[...]

Famílias inteiras, com crianças de colo e idosos, tem se amontoado neste pequeno espaço coberto. Não há nenhum tipo de sistema sanitário e acomodação. A maior parte das famílias usa pedaços de papelão como cama. FSP, 23.08.2018 (*Há grupos de brasileiros caçando venezuelanos na fronteira, diz imigrante*)

Também se vê que o descuido com o uso de linguagem por vezes emotiva e imprecisa apontada por Steven Youngblood (2017) (cf. capítulo 1, p.11) como uma das influenciadoras da maneira como o público vê e forma sua opinião sobre determinados assuntos, se confirma aparecendo aqui em algumas passagens:

A crise se concentra em Roraima e o Brasil fechou os olhos pra essa tragédia social, afirma [a governadora de Roraima, Suely Campos]. FSP, 17.08.2018 (*MDB transformou tragédia venezuelana em politicagem, diz governadora de Roraima*)

[...]

Guilherme Boulos afirmou que 'o Estado brasileiro não pode assistir a essa barbárie de braços cruzados(...). FSP, 20/08/2018 (*Presidenciáveis defendem solução rápida para a crise na fronteira com a Venezuela*)

Marina Silva (Rede) diz também ter visitado o Estado e visto a situação precária dos abrigos na capital (...) 'sem as mínimas condições de dar suporte para esta situação de calamidade e desespero da população venezuelana' (...) FSP, 20/08/2018 (*Presidenciáveis defendem solução rápida para a crise na fronteira com a Venezuela*)

[...]

Ciro Gomes (PDT) atacou a reação xenófoba quando (...) “nacionais queimaram roupas de quem já está miserável e sendo humilhado porque não consegue sobreviver no seu país1. (...) FSP, 20/08/2018 (*Presidenciáveis defendem solução rápida para a crise na fronteira com a Venezuela*)

Nestas citações é necessário observar que as frases escolhidas para serem colocadas nas matérias são apaixonadas e passionais, típicas de discurso político pré-eleitoral. Se considerar que o leitor não tem um filtro que o auxilie a remover ideias de sentimento contido nas declarações escolhidas para enriquecer a matéria, será necessário que ele não demonize ou rotule a situação assim como os declarantes fizeram.

Praticar um jornalismo mais refinado e que não traga para o seu conteúdo imprecisões emocionais e estereótipos pode ajudar quem vai receber a informação a ser mais realista com a situação do refugiado. Não rotular o venezuelano (como foi feito aqui) baseado em declarações que o vitimizem é um caminho para a prática do Jornalismo para a Paz. Assim como evitar declarações que comparem o brasileiro com o refugiado e coloque uma diferenciação no tratamento.

Na análise de notícias que envolviam algum tipo de confronto foi encontrada uma paridade na forma de abordagem. O jornal equilibrou frases fazendo com que o leitor tivesse a oportunidade de ter contato com diferentes perspectivas. Ainda assim é importante considerar que isso foi observado em uma análise de 36 notícias. Caso o leitor tenha contato apenas com aquela que coloca o brasileiro em uma situação superior ao refugiado (abaixo) já seria suficiente para ele se sentir disposto a embasar suas opiniões apenas nesse tipo de viés. O mesmo ocorre com o pensamento contrário.

Nós não podemos de jeito nenhum permitir que um venezuelano seja atendido em detrimento de um brasileiro, um roraimense, disse a governadora (...). FSP, 01.08.2018 (*RR obrigará venezuelanos a mostrar passaporte para ter atendimento médico*)

[...]

A vida de um venezuelano não vale menos que a de um amazonense ou a de um carioca. FSP, 11.08.2018 (*Brasil deveria abrir completamente as fronteiras para os venezuelanos*)

4.3- Categoria “Lugar de fala”

A análise nesta categoria consistiu em estudar a quem o jornal proporcionava oportunidade de fala em seus textos. Quem seria mais frequentemente consultado para opinar em situações de conflito que envolvesse refugiados, se as elites são mais seguidamente apontadas como a única responsável por encontrar soluções e se, caso o venezuelano seja o personagem principal da matéria, quais seriam os assuntos mais

recorrentes que compõem seu depoimento.

No que se refere à fontes consultadas para opinar, foi constatado o uso mais constante de frases vindas de autoridades oficiais. Colocá-los a falar sobre como se sente o refugiado é adotar um discurso que privilegia a elite e os canais oficiais ao invés de privilegiar o próprio “objeto” do assunto. Marcas do Jornalismo para a Guerra. Nas citações abaixo, vê-se que as sentenças atribuídas às elites poderiam ser facilmente questionadas e respondidas também pelos refugiados, o que daria mais precisão ao fato já que é mais crível ouvir da própria pessoa que atravessa as dificuldades diárias como ela se sente. Dar esse tipo de protagonismo ao venezuelano em dificuldade só foi de fato feito de forma mais incisiva quando a notícia era o que chamamos no jornalismo de 'case', ou seja, quando a notícia era inteira sobre um personagem específico (o que, neste caso, trouxe junto o uso de linguagem vitimista e um viés sentimental ao relato). Faltou nos textos o uso de diferentes vozes, de diferentes fontes.

Não fosse o atendimento prestado pelo nosso governo e o acolhimento solidário do nosso povo, muitos venezuelanos teriam morrido de fome e de doenças. [governadora do Estado] FSP, 17.08.2018 (*MDB transformou tragédia venezuelana em politicagem, diz governadora de Roraima*)

[...]

O próprio venezuelano, no fundo, não quer vir para dentro do Brasil. Ele quer ficar próximo a fronteira para poder retornar ao seu país na primeira oportunidade. [candidato à presidência] FSP, 20/08/2018 (*Bolsonaro diz que cometeu ato falho e que jamais pensou em sair da ONU*)

[...]

A doença da maioria dos venezuelanos que chegam aqui é a fome, diz Marcilene da Silva Moura, diretora do hospital. FSP, 26.08.2018 (*Migrantes vivem cotidiano de fome, preconceito e violência*”).

Ainda no que se refere ao uso frequente de fontes oficiais, os textos estudados para análise mostraram que em apenas um deles as elites não foram apontadas como as únicas responsáveis por encontrar uma solução ao conflito. Raríssimos foram os momentos em que foram citados nos conteúdos algum tipo de iniciativa que apontasse ONGs, sociedade civil, igreja ou qualquer outro tipo de organização que se propusesse a encontrar soluções ou abrisse discussão para a situação do refugiado venezuelano no Brasil. Concentrar-se nas ações de paz das elites constitui um dos pilares do Jornalismo para a Guerra. A opção por textos que apenas informem os movimentos do governo e que não apresentam soluções e perspectivas fora da atmosfera oficial mostra a opção do jornal por se manter longe do debate. Onde não há espaço para evidenciar o trabalho de pessoas que promovem harmonia, conciliação e entendimento em situações de conflito, não há Jornalismo para a Paz.

O governo federal enviará 120 efetivos da força nacional (...). Além disso, uma equipe interministerial de técnicos viajará ao local para avaliar novas medidas a adotar diante do fluxo contínuo de venezuelanos(...). A decisão foi tomada em reunião de cinco horas no palácio da Alvorada (...) com representantes de seis ministérios (...). FSP, 19/08/20018 (*Governo federal vai enviar 120 efetivos da Força Nacional a Roraima*

[...]

Após reunião ministerial para discutir a crise migratória (...). O governo pretendia enviar nesta tarde uma equipe com representantes de nove ministérios (...). (...) líder do governo no Senado, foi ao Palácio do Planalto nesta segunda propor ao presidente o fechamento temporário da fronteira (...). FSP, 20.08.2018. (*Após pedido de RR, governo federal diz que fechar fronteira é impensável*

[...]

(...) as medidas recém-anunciadas pelo governo federal devem ajudar a eliminar o acúmulo de imigrantes à espera de regularização (...). (...) em seis meses o governo só conseguiu transferir 820 pessoas(...). (...) o governo vai flexibilizar as exigências para a transferência. (...) o governo pretende promover aluguel de prédios para abrigar venezuelanos (...). FSP, 23.08.2018. (*Há*

No caso em que o refugiado é o personagem principal da notícia, muitos foram os assuntos abordados. Esperança, alívio, preconceito e problemas no seu país de origem foram os temas mais comuns. Apenas um entre os 36 textos analisados (FSP, 24.08.2018. *Não espero que o governo me dê nada, vim para trabalhar, diz venezuelano em SP*) tinha o discurso do refugiado como trabalhador, como alguém que estava no país para lutar por uma vida melhor. Todos os outros tratavam o imigrante como sofrido, submisso, alguém necessitado de ajuda e nunca capaz de reconstruir a sua própria história. Construir uma atmosfera negativa toda vez que se escreve sobre o refugiado passa para o leitor a falsa ideia de que eles são seres carentes, inferiorizados e desprovidos de qualquer aptidão. Receber continuamente esse tipo de informação tem efeitos psicológicos em quem se abastece sempre com notícias com este viés.

No capítulo 1 deste estudo, p. 14, Alex Salinas (2014) alerta sobre o fato de que notícias que enxergam as coisas sempre pelo viés ruim podem gerar apatia e restringir a participação da sociedade para qualquer transformação ou mudança social, e este é o caso aqui. O que se leu foi predominantemente - no período analisado - julgamento, violência e xenofobia. Segundo Salinas, o jornalismo quando exacerba essa negatividade é capaz de provocar pessimismo, desconfiança e medo e a população envolvida nesse contexto tem sempre a ideia de que tudo está mal e nada pode ser feito. Como de fato aconteceu. As citações a seguir mostram a figura do refugiado conformado com a apatia e a indiferença do brasileiro, mas ainda assim esperançoso sobre seu futuro:

Há muita resistência aos venezuelanos em Boa Vista, porque alguns dos que chegaram primeiro se comportaram mal. Então, pagamos pela má impressão de uns poucos, diz. FSP, 15.08.2018
(Venezuelanos em Roraima vivem em tendas tecnológicas da IKEA

[...]

Jornalismo para a Guerra? A crise migratória venezuelana no Brasil como estudo de caso

Não somos todos maus, não somos todas prostitutas, diz Belks, que cata latinhas em Boa Vista. FSP, 26.08.2018 (*Migrantes vivem cotidiano de fome, preconceito e violência*)

[...]

Agarravam os meninos e os agrediam. Batiam nos pais. Atiravam pedras, telhas. Batiam na cabeça, conta. Pegaram nossa comida e nos expulsaram como se fôssemos cachorros. Quem estava no banheiro (e não pode fugir) ficou sem nada. FSP, 19.08.2018 (*Eles nos expulsaram como cachorro, diz imigrante venezuelana em Roraima*)

[...]

Sem dinheiro e só com a roupa do corpo, Manzol vai esperar e ver se pode voltar a se abrigar na casa onde estava e onde escondeu as filhas na hora da confusão. Vamos ver se alguém nos ajuda (...). FSP, 19.08.2018 (*Eles nos expulsaram como cachorro, diz imigrante venezuelana em Roraima*)

[...]

Não vou voltar para a Venezuela até que haja comida e remédio e que as ruas estejam seguras novamente. (...). Não há nada pra nós lá. Não fiz um ultrassom até que cheguei no Brasil, e foi gratuito. Quero ficar. FSP, 22.08.2018 (*Venezuelanas grávidas cruzam a fronteira para ter o bebê no Brasil*)

[...]

Na Venezuela eu só conseguia comer uma vez por dia e às vezes nem comia para que meus filhos comessem”. (...) Tem emprego na Venezuela, mas de que adianta ganhar 5000 bolívares por mês se o arroz custa 10 mil? Lá não se vive, se sobrevive. (...) vamos nos reerguer porque somos construtores, tanto da nossa vida quanto do nosso entorno. FSP, 24.08.2018. (*Não espero que o governo me dê nada, vim para trabalhar, diz venezuelano em SP*)

Interessante notar que nas vezes em que o contexto de adaptação surgiu, foi recorrente a

sensação de insatisfação do venezuelano sem que fosse dada uma maior explicação e aprofundamento dos motivos que o levaram a esse desagrado. Adaptar-se a qualquer tipo de nova realidade é um processo comum a todas as pessoas e, no caso dos refugiados venezuelanos no Brasil, eles não recebem nenhum tipo de ajuda especializada para facilitar este processo.

O jornal adota o discurso de imediatividade e quase coloca como se isso fosse uma incapacidade dele de se adaptar, fazendo desta transição um processo menos simpático aos olhos de quem recebe esta informação. Para uma cobertura mais equilibrada, seria necessário fazer do refugiado fonte de notícia também sobre sua integração na nova realidade em que foi colocado.

*Aqui já não tem mais emprego. Tem muito venezuelano. FSP, 15.08.2018 (*Venezuelanos em Roraima vivem em tendas tecnológicas da IKEA*)*

*Os brasileiros são mentirosos, afirma ele (...). O trabalho é bom mas o pagamento é ruim. Estamos sofrendo muito, afirmou Rattia. (...) Em Jacareacanga, os waraos estão em situação precária, relata Adaisio. Eles estão pedindo dinheiro na rua, com placa. Comem arroz e bolo de trigo assado no fogo. FSP, 24.08.2018. (*Em busca de trabalho, indígenas venezuelanos vão a garimpo no Pará*)*

4.4- Categoria “imediatismo”

O objetivo nesta categoria foi analisar se o conteúdo dos textos tinha como meta a noticiabilidade imediata. Se a prioridade era dada para o acontecimento e seus desdobramentos instantâneos, sem apurar causas, consequências ou desenvolvimento a longo prazo. Em um primeiro momento se concentrando apenas nos efeitos visíveis do conflito e em um segundo, a falta de contextualização dentro da matéria.

Na primeira suposição, ficou clara a preocupação do periódico em quantificar e apontar danos materiais e tratar apenas da violência do tipo direta. Marca forte de Jornalismo para a Guerra. Traumas, danos estruturais e culturais sequer aparecem citados em

nenhum dos 36 textos estudados. A notícia vem sempre carregada de informações que atestem os prejuízos causados pelo conflito e, seguidamente, dá detalhes de como a violência se deu. Aqui não se aplicou a teoria de McGoldrick e Lynch (2000) (cf. capítulo 1, p. 6) de que, uma vez entendido os vários tipos de violência, faz-se necessário ter um olhar além das consequências visíveis (do contrário a sociedade acaba por perder sua capacidade de cooperar em situações conflitivas e passa a gerar agressividade). O que o jornal faz é justamente priorizar números e consequências imediatas, deixando de lado acompanhamento e desdobramento a longo prazo:

Pacaraima se transformou em uma zona de conflito entre brasileiros e venezuelanos neste sábado (18), com pedradas, ataques de bombas de gás improvisadas, incineração de pertences de refugiados e vandalização de carros de moradores locais. (...) Até a noite deste sábado não havia saldo oficial de feridos. (...). Uma tenda que abrigava venezuelanos foi destruída com um trator. FSP, 18.08.2018 (*Refugiados venezuelanos são agredidos e expulsos de tendas em Roraima*)

[...]

Horas antes, Pacaraima tinha testemunhado uma onda de violência, com brasileiros queimando roupas e objetos de venezuelanos. FSP, 20.08.2018 (*Temos que defender o município, diz morador de cidade palco do confronto em RR*)

[...]

Brasileiros saíram queimando os pertences e expulsando os refugiados. FSP, 21.08.2018 (*Boatos alimentam conflito com venezuelanos em região de fronteira*)

Já a segunda proposta acabou sendo invalidada pelas “vantagens” da tecnologia. Esperar que as notícias viessem com um pouco mais de profundidade dentro do próprio corpo de texto foi algo que não ocorreu em nenhum dos artigos analisados porque o jornal optou pelo uso de hiperlinks dentro das matérias. Foi muito comum deparar-se com parágrafos de seis ou sete linhas com um hiperlink em cada uma delas, o que deixava a própria leitura confusa. Esperar que o leitor clique em cada um deles se quiser um

aprofundamento maior da notícia ou do que já foi produzido pelo jornal acerca do mesmo contexto é contar com um hábito que talvez nem todos os leitores tenham. A interrupção da lógica da leitura é a opção dada para quem quiser entender um pouco melhor o ocorrido, mas usar deste meio em absolutamente todos os conteúdos produzidos pelo jornal - por mais que a tecnologia te proporcione o recurso - é ir contra o que pode ser produzido de melhor em um texto jornalístico. Passe-se a eleger a praticidade em detrimento do bom texto, ou ainda mais importante, do bom serviço prestado a quem consome a informação. A citação abaixo é um exemplo de como os parágrafos foram construídos:

Nos últimos dias, o fluxo tem aumentado para uma média de 500 pessoas por dia (<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/08/venezuelanos-em-roraima-vivem-em-tendas-tecnicas-da-ikea.shtml>), diante do agravamento da crise com novas medidas econômicas (<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/08/maduro-unifica-taxa-de-cambio-e-desvaloriza-moeda-venezuelana-em-96.shtml>) anunciadas por Caracas e o temor do fechamento da fronteira pelo (<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/08/apos-15-horas-fechada-fronteira-com-venezuela-e-reaberta-em-roraima.shtml>) Brasil (<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/08/apos-15-horas-fechada-fronteira-com-venezuela-e-reaberta-em-roraima.shtml>). O exército estima que mais de 2000 venezuelanos estejam dormindo em barracas improvisadas no local.

Quando Diana Francis (2002) traçou um paralelo entre a “dinâmica de conflitos” e o bom jornalismo (cf. capítulo 1, p.7) insistindo na necessidade de representar os embates da forma mais completa e abrangente possível, via-se uma tentativa de busca pela precisão. Verificou-se que o jornal *Folha de S. Paulo* não optou por colocar em um mesmo espaço todas as possíveis questões que pudessem esclarecer o leitor acerca dos aspectos mais profundos do conflito - o ajudando assim a compreender e interpretar os acontecimentos de forma mais completa e menos instantânea. Sua teoria aqui não se aplicou. Quem recebe a informação é colocado na posição de “se quer se aprofundar visite os *links*, não daremos isso pra você” e o Jornalismo para a Paz e sua tentativa de abrangência com a tríade resolução/reconstrução/ reconciliação do conflito é mais uma vez preterido.

4.5- Exemplos de Jornalismo para a Paz e Jornalismo para a Guerra

Após a análise dos 36 textos que foram objeto de estudo e categorização deste trabalho, dois deles foram identificados como muito específicos para a correta diferenciação dos conceitos de Jornalismo para a Guerra e Jornalismo para a Paz. O texto do dia 11 de agosto de 2018 titulado “*Brasil deveria abrir completamente as fronteiras para os venezuelanos*” (anexo 3) foi considerado o mais próximo e com mais resquícios de Jornalismo para a Paz que o jornal *Folha de S. Paulo* foi capaz de produzir no período analisado. No seu oposto, dia 20 de agosto de 2018 foi publicado o texto “*Temos que defender o município, diz morador de cidade palco do confronto em RR*” (anexo 4), onde o que se tem é um conteúdo típico de Jornalismo para a Guerra.

O primeiro texto, “*Brasil deveria abrir completamente as fronteiras para os venezuelanos*”, ainda que seja de autoria de um colunista, é uma mudança radical de linguagem ao qual o leitor foi acostumado - de receber apenas notícias com atmosfera negativa e ver sempre um viés conflitivo vinculado à figura do refugiado. Na sua explanação sobre o tema o repórter Rodrigo Zeidan mostra um olhar mais aberto, voltado para enxergar o conflito como um problema coletivo e que só com o envolvimento de todos a solução poderá ser encontrada.

Não há disputa entre as partes (“*Um venezuelano que entra não torna necessariamente a vida de um brasileiro pior*”) e a resposta para a resolução do conflito talvez tenha que vir do envolvimento de vários campos de atuação. O repórter propõe abrir a discussão e fazer uso da criatividade para chegar ao consenso. Ele também se mostra compreensivo e empático (“*Sim, tragam para nossas casas*”) e humaniza o refugiado quando não o segrega e o trata como qualquer outra pessoa, reivindicando um tratamento adequado (“*Precisamos não de campo de refugiados, mas de integração com a população local*”). O foco do colunista é abrir a discussão para que o sofrimento de todos (brasileiros e venezuelanos) seja entendido, e que, assim, as pessoas sejam capazes de agir de forma a cooperar para que toda a gente, sem distinção, seja beneficiada.

O conceito de paz para Zaidan vem da combinação de não violência + criatividade, através das várias formas sugeridas por ele para se compreender melhor o conflito e encontrar a solução. Aceitar que somos todos iguais pode prevenir futuros embates (“*Ser brasileiro não é nada de mais*”. (...) *Não há nada na nossa água que nos faça melhor que venezuelanos, haitianos ou mesmo brasileiros de outras tribos*”) e a tríade típica de Jornalismo para a Paz - resolução/reconstrução/reconciliação - é fortemente presente no texto.

O repórter mostra, acima de tudo, atitude positiva em relação ao enfrentamento do problema, disposição para se colocar no lugar do outro e capacidade de pensar com criatividade sobre eventuais saídas para a questão. É em textos com esse viés que Greg Philo e Mike Berry (2004) (cf. capítulo 1,p.14) teorizam sobre o benefício de incitar as pessoas para a tentativa de mudança e estes serem a chave para trazer a empatia de volta. Se houvesse a repetição deste tipo de linguagem, talvez a disposição dos leitores mudasse e a sociedade civil também se tornasse capaz de dar respostas assertivas e empáticas ao assunto.

Já no segundo texto, “*Temos que defender o município, diz morador de cidade palco do confronto em RR*”, a opção do jornalista Avenier Prado foi construir a sua narrativa em cima de um personagem (um brasileiro) que apoia o fato do refugiado venezuelano ser caçado e humilhado no Brasil. O foco do relato é a suposta superioridade do brasileiro em relação ao oprimido/perdedor (“... *decidiu voltar para ajudar os moradores a expulsarem os imigrantes...*”) e uma clara divisão entre “nós” e “eles” (“*vim ajudar porque temos que defender nosso município*”).

Durante o decorrer do conteúdo o venezuelano é sempre apresentado como um problema (“*Foi a melhor coisa que podia acontecer, limpou a cidade. Eles estavam assaltando as pessoas*”) e sua desumanização também aparece (“*O melhor seria fechar a fronteira, fazer um cordão sanitário e não deixar passar ninguém*”). O sentimento de rejeição do personagem fica claro a cada novo parágrafo e as intervenções do repórter aparecem apenas para quantificar prejuízos materiais e repassar dados e ações de paz

das elites (fontes oficiais).

O personagem se mantém hostil e passa a apontar o sofrimento que o brasileiro está a passar ao invés de se mostrar compreensivo com a situação adversa do refugiado (“*Acabou o comércio, acabou o turismo. (...) Essa imigração veio pra destruir tudo*”). E o conceito de paz dele é o resultado de uma 'vitória' brasileira + expulsões e agressões aliadas à não reentrada no país daqueles que foram colocados para fora. Ao final da leitura depara-se com o texto com maior número de características de Jornalismo para a Guerra concentrados em um único conteúdo. Para além da forma errônea com que o assunto refúgio é contextualizado aqui, existe a questão ética de saber que ao produzir um conteúdo como esse, leitores usarão disto para se informar e que, sob o viés apresentado, mais uma vez o refugiado é mostrado como criminoso, fugitivo e eterno causador de problemas. Não ser bem vindo e ter mais e mais motivos para continuar não o sendo é apenas um dos vários aspectos que este tipo de texto privilegia. É a desumanização do refugiado do começo ao fim.

4.6- O posicionamento do jornal

A função da seção chamada 'editorial' em um veículo de comunicação é expor conteúdo opinativo. De forma direta a seus leitores o veículo disponibiliza neste espaço o ponto de vista ou da empresa ou da redação (editor ou columnistas) sem que o conteúdo escrito tenha a obrigação jornalística de ser imparcial, neutro ou indiferente já que expressa a visão sobre determinado assunto. O jornal *Folha de S. Paulo* mantém essa seção em suas páginas (e online) com o nome de “O que a Folha pensa”, e quando dedicou esse espaço para versar sobre os acontecimentos na fronteira entre Brasil e Venezuela mostrou que o que ele pensa não está refletido no que ele publica.

Seu posicionamento editorial sobre as questões da fronteira foi publicado no dia 23 de agosto de 2018, cinco dias após a maior onda de violência contra imigrantes já registrada no país. Com o título de “*Violência na fronteira*” (anexo 5), o jornal aborda

pontos importantes para o debate sobre refúgio no Brasil, mas nenhum desses pontos aparecem com a mesma regularidade em suas reportagens diárias. Começa se posicionando contrário à violência ocorrida nos dias anteriores e pede empatia pelo sofrimento do povo venezuelano (*“É impossível minimizar o desastre social, econômico e político que se abate sobre a nação vizinha”*). Posteriormente traça um paralelo entre a atual chegada de pessoas de fora e a ocorrida décadas atrás quando da formação do próprio estado de Roraima (*“... impulsionam a busca por uma vida melhor (...). Nada diverso dos motivos que levaram pioneiros de outras regiões brasileiras a povoar Roraima (...)”*) e cobra ações do governo federal para agir de forma mais decisiva.

Continua quando recrimina autoridades oficiais por tentar ações excludentes contra imigrantes (*“Não tem cabimento o novo pedido do governo estadual ao STF para que se feche a fronteira ...”*) e pontua que atribuir a violência existente hoje no Estado aos recém-chegados não se sustenta, sendo já recorrente antes da sua chegada. E termina sua exposição pedindo que se evite uma “escalada de tensão” que seja capaz de gerar uma onda xenófoba.

Se observa neste conteúdo muitas características de Jornalismo para a Paz. A contextualização, a empatia, a proposição de um posicionamento onde todos ganhem, a visão do conflito como um problema (e não as pessoas), a humanização das partes, a preocupação na prevenção de mais conflito e a tríade resolução/reconstrução/reconciliação, todos eles estão presentes em um texto que sequer é considerado longo. É sim bastante objetivo e incisivo, apesar do uso de linguagens emotivas e imprecisas (“desespero”, “desastre”, “guerra sangrenta”).

O que se vê é que esse mesmo cuidado não é tomado quando da geração de um conteúdo que vai, diariamente, alimentar as bases de formação de opinião de quem consome a informação. Não foi esse tipo de posicionamento que se viu nas reportagens analisadas. A atmosfera em torno do refugiado venezuelano é sempre negativa, não inclusiva e desumanizada e isso agrega ao jornal responsabilidade na geração de

“tensão” que ele mesmo pede para evitar. O jornal *Folha de S. Paulo* em seus conteúdos diários confirma a teoria de Tomas Hanitzsch (2004a, 2004b) (cf. capítulo 1,p. 16) de que a objetividade não deve ser abandonada em direção ao jornalismo de apego. É uma escolha e é totalmente válida. Mas seria necessário que 'O que a Folha pensa' e o que ela pratica diariamente em suas páginas (e online) tivessem o mesmo tom.

CONCLUSÃO

O interesse da imprensa brasileira pelo tema dos refugiados sempre foi pautado pela instantaneidade da notícia. Se algo grave acontece, cobre-se. Caso contrário, passa-se quase despercebido. Este tipo de comportamento não mudou nem mesmo com o agravamento da crise política na Venezuela e a posterior fuga em massa de venezuelanos que atravessavam a fronteira para o lado brasileiro em busca de refúgio por violação de direitos humanos. Mais especificamente objeto deste estudo, o jornal *Folha de S. Paulo* não demonstrou interesse em abordar mais frequentemente a questão até que um episódio de violência extrema irrompeu na cidade de Pacaraima, norte de Roraima.

Durante o mês de março, período delimitado para este estudo, foram apenas seis notícias sobre refugiados e sua entrada no país durante os primeiros 17 dias do mês. Número este que quadruplicou após o incidente, crescendo em mais 30 notícias sobre o assunto nos 14 dias restantes de agosto. Isso é Jornalismo para a Guerra. E mais do que uma simples categorização, é uma demonstração da opção do jornal pela abordagem imediatista, pela restrição de sua função social ao abordar o assunto somente quando algo ruim acontece, privando seu público da contextualização necessária - até então para uma situação fora do comum para a realidade brasileira - que vá fazer destes leitores cidadãos bem informados e pró-ativos. É um jornalismo simplista e reativo, mas aparentemente rentável. Não se discute aqui se está certo ou errado. É a opção do jornal e é válida.

Se faz interessante também entender a compreensão que o jornal tem do refugiado. E tudo o que o leitor viu e leu nas páginas do jornal foi pré-concepção e rótulo, o que também configura Jornalismo para a Guerra. Como vimos, o conceito diz que nos casos em que isso acontece é comum que o foco das matérias esteja sempre em quem domina o cenário do conflito. O jornal *Folha de S. Paulo* continuamente mostrou tendência em apresentá-los (os conflitos) como disputas, com lados a serem escolhidos, exibiu uma predileção por contextos violentos e na vinculação da figura do venezuelano a

acontecimentos desagradáveis, na condição de derrotado, carente e necessitado de ajuda. A visão vitimizada do refugiado que o jornal tem parece não aceitá-los sem estereotipá-los. Não houve espaço em nenhum dos 36 textos analisados para uma história positiva, de superação, de construção de uma nova vida. Não há no conteúdo proposto pelo objeto de estudo desta dissertação um compromisso para a construção de paz e, conseqüentemente, prevenção de conflitos.

Se o jornal faz isso de forma consciente ou não é difícil saber. Mas é importante considerar que nem toda a empresa de comunicação tem perfil ou precisa ser receptiva às ideias do Jornalismo para a Paz. Redes como o inglês *The Sun*, o alemão *Bild* e a americana *Fox News* têm audiências muito específicas que tendem a consumir um conteúdo que tenha pouca ou nenhuma temática voltada para construção de uma sociedade pacífica. Além do mais, não existe nenhum tipo de indicação em pesquisas de audiência que diga que consumidores de determinados perfis de notícias prefeririam Jornalismo para a Paz ao que eles estão acostumados a absorver.

A prática desse tipo de jornalismo é uma escolha que envolve também o perfil consumidor. A discussão aqui não é obrigar a *Folha de S. Paulo* a fazer uso do Jornalismo para a Paz como linha editorial, mas refletir que, baseado no seu público consumidor (classe média e alta, ensino superior completo e bem remunerada) e seu enorme alcance e quantidade de leitores pelo país, poder afirmar que o periódico teria todas as condições de se tornar um agente ativo de mudança caso seu conteúdo privilegiasse a discussão, a humanização e o aprofundamento de temas delicados como refúgio e imigração, acrescentando em uma sociedade frágil como a brasileira uma postura de mais iniciativa e acolhimento.

Ver o jornalismo e a produção de informação como ferramentas capazes de colaborar para a prevenção e/ou redução de conflitos é uma alternativa que poderia passar a ser considerada caso houvesse a disposição da empresa de comunicação em fazer um uso mais responsável do jornalismo que pratica. São os momentos conflituos que colocam o jornalismo à prova e que se questiona até que ponto a função é apenas reportar e não

assumir seu papel enquanto transformador social. Agir como agente ativo na construção de uma sociedade menos violenta pode e deve ser função da comunicação. Ser apenas observador e nunca se enxergar como parte do processo ou se responsabilizar pelo contexto que cria pode parecer isenção, mas é apenas displicência. Por vezes é necessário um posicionamento.

O que é compreensível neste processo de entendimento sobre a ausência de um Jornalismo para a Paz no Brasil é que, de fato, existe uma lacuna enorme entre estudos de paz e jornalismo no país. Existe uma lacuna ainda maior entre uma cultura de paz e o dia a dia do brasileiro. E é nesta brecha que o jornalismo teria uma função importante. A forma como as pessoas enxergam sua sociedade, seus problemas e suas soluções é também - mas não só - influenciada pelo que ela consome de informação. Suas opiniões e suas iniciativas podem ser incentivadas por aquilo que ela vê e lê diariamente e isso pode ser benéfico quando a leitura estimula a participar, a pensar soluções, a ser criativo e a agir em favor do outro. Mas esta não é uma prática estimulada ou estudada no Brasil. São raríssimas as publicações sobre Jornalismo para a Paz no país e, conseqüentemente, não se discute ou se debate os benefícios que esse tipo de abordagem pode trazer para o campo da produção de notícias. Não é de se estranhar que o termo Jornalismo para a Paz não seja sequer conhecido pelos profissionais da área e que sua prática não se reflita na produção de seus conteúdos.

Tornar o Jornalismo para a Paz no Brasil mais comum e mais possível nas suas práticas diárias e de produção de informação seria uma tarefa árdua, porém oportuna. Mas isso seria impraticável em um país que sequer consegue manter seus níveis de violência sob controle. A imprensa parece concentrar-se em trabalhar as conseqüências imediatas dos grandes acontecimentos e demonstra não ter tempo para as causas e soluções, principalmente a longo prazo. Inverter este quadro e poder ver, principalmente no veículo de maior alcance do país, um jornalismo mais transparente e pacificador seria o início de uma jornada promissora. Incitar discussão, empatia e iniciativa em uma sociedade apática e acostumada a resolver seus conflitos com mais violência seria ensinar que existem outros caminhos além desse. Que entender a raiz do problema, sua

história, suas causas e motivações faz leitores mais conscientes e esclarecidos, dando a eles o poder de ser parte da transformação.

O início do processo de adoção de um Jornalismo para a Paz no Brasil teria que passar pelo envolvimento do profissional de comunicação nesta proposta, ao menos no que se refere aos que já estão no mercado. O engajamento teria que partir de uma busca pessoal do jornalista por algo a mais que não seja ser objetivo e imparcial, como consta nos mandamentos da profissão. Não tem nada de errado em escolher lados quando isso envolver ajudar na diminuição da violência e na prevenção de conflitos. E não é pedido que o jornal faça apenas isso, mas que faça também isto. No caso específico do imigrante venezuelano na fronteira brasileira, usar da informação para evitar boatos, distorções e xenofobia e construir um contexto mais esclarecedor e de acolhimento teria colaborado para que a situação fosse menos tensa e menos violenta. Contar histórias de boas práticas, de luta pelo sustento diário e de como os imigrantes são tão aptos quanto os brasileiros a trabalharem e a exercerem funções importantes dentro da nova realidade que foram inseridos teria desfeito a impressão ruim que o leitor construiu a partir dos relatos reproduzidos pelo periódico e, ao mesmo tempo, teria mostrado que somos todos mais parecidos do que imaginamos.

Sob esta perspectiva, seria interessante mensurar como a mudança de discurso é capaz também de causar uma mudança de postura. Um futuro estudo sobre quais seriam as reações de leitores brasileiros ao terem contato com textos e reportagens que contivessem apenas linguagem de Jornalismo para a Paz poderia nos situar melhor nos tipos de efeitos práticos que a leitura que fazemos diariamente é capaz de nos causar. Que impactos esse conteúdo teria no brasileiro e se não haveria um “estranhamento” no contato com esse tipo específico de material já que somos continuamente “bombardeados” com Jornalismo para a Guerra.

Trabalhar com Jornalismo para a Paz exige interesse, tempo e empenho. O jornal *Folha de S. Paulo* não optou por esse tipo de abordagem, mas nem ele nem nenhum outro jornal do país optou. Isso nada mais é do que um reflexo da imprensa brasileira de

maneira geral. Iniciar um debate sobre este campo de estudo e tentar dar uma contribuição para que em algum momento essa abordagem possa ser considerada é parte deste projeto. A necessidade de comunicar é intrínseco ao ser humano e comunicar de forma cooperativa é ainda mais transformador e inclusivo. Como dizia Alberto Dines (1996, p.22), um importante jornalista, professor universitário, biógrafo e escritor brasileiro:

Este país já teve uma imprensa melhor em qualidade intrínseca, cultural. E, quando falo isso, não me refiro a artes e espetáculos, mas à cultura no sentido mais amplo e abrangente da palavra. Informação é cultura, integrar o leitor no contexto da informação é fazer jornalismo cultural, mesmo que se esteja tratando de um acidente de trânsito. Colocar o leitor dentro do acontecimento é inseri-lo no mundo, pô-lo à altura do mundo.

Bibliografia

ACNUR. (2004). *Manual de procedimentos e critérios para determinar a condição de refugiado* – De acordo com a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967 relativo ao Estatuto dos Refugiados. Brasília: ACNUR.

Avendaño, T.C. Campanha inflama retórica anti-venezuelanos e agudiza crise em Roraima. In: *El País Home page*. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/22/politica/1534895418_615839.html?rel=mas [Consultado em 01/12/2018].

Barajas, H. (2016). Peace Journalism - a Panacea for Post-Conflict Colombia? *Panorama*, 10(18), p.121-135.

Barbosa, E. & Magnoli, D. (2018). A lenda da “invasão dos venezuelanos”. *1948 Home Page*. Disponível em <https://declaracao1948.com.br/2018/08/27/a-lenda-da-invasao-de-venezuelanos-27-08-2018/> [Consultado em 01/12/2018].

Barbosa, F. P. (2016). O refúgio no Brasil: definição e requisitos. *Revista Âmbito Jurídico*. Disponível em http://ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9836&revista_caderno=16 [Consultado em 11/12/2018].

Bardin, L. (1977). *Análise da Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Barreto, L.P (2010). *Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas*. Brasília: ACNUR, Ministério da Justiça.

Bauman, Z. (2005). *Vidas Desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.

Burkhard, B. (2004). Peace Journalism and the News Production Process. *Conflict & Communication online*, Vol. 3, No.1&2. Disponível em http://www.cco.regeneration.de/2004/pdf_2004/blaesi.pdf [Consultado em 25/09/2018].

Chaparro, M.C. (2001). *Linguagem dos Conflitos*. Coimbra: MinervaCoimbra.

Dines, A. (1996). *Tendências no Jornalismo Brasileiro*. In: Seminário de Comunicação Banco do Brasil. Brasília: Banco do Brasil.

Espinar, E. e Hernández, M. I. (2012). El Periodismo de Paz como Paradigma de

Comunicación para el Cambio Social: Características, Dimensiones y Obstáculos. *CIC – Cuadernos de Información y Comunicación*. Vol.17, p. 175-189.

Francis, D. (2002) *People, Peace and Power*. London: Pluto.

Galeano, E. (2002). *O Livro dos Abraços*. Porto Alegre: L&PM.

Galtung, J. (1964). An Editorial. *Journal of Peace Research*, Vol. 1, Inverno, p.1-4. Disponível em <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/002234336400100101> [Consultado em 30/09/2018].

Galtung, J. e Ruge, M. (1965). The Structure of Foreign News: The Presentation of the Congo, Cuba and Cyprus Crises in Four Norwegian Newspapers. In: *Journal of Peace Research*, Vol.2, No.1, Sage, p.64-91.

Galtung, J. (2006). Peace Journalism as an Ethical Challenge. *Global Media Journal: Mediterranean Edition*, Vol. 1, Outono, p.1-5. Disponível em http://globalmedia.emu.edu.tr/images/stories/ALL_ARTICLES/2006/fall2006/Fall_2006_Issue2/1Johan_Galtungpdf.pdf [Consultado em 29/09/2018].

Galtung, J. (2017). Peace Journalism: What, Why, Who, How, When, Where. *Transcend Media Service*. Disponível em <https://www.transcend.org/tms/2017/01/peace-journalism-what-why-who-how-when-where/> [Consultado em 25/09/2018].

Hackett, R. (2006). Is Peace Journalism Possible? Three frameworks For Assessing Structure and Agency in News Media. *Conflict & Communication online*, Vol. 5, No.2. Disponível em http://www.cco.regener-online.de/2006_2/pdf/hackett.pdf [Consultado em 21/09/2018].

Hackett, R. (2007). Journalism Versus Peace? Notes on a Problematic Relationship. *Global Media Journal: Mediterranean Edition*, Vol. 2, primavera, p.47-53. Disponível em http://globalmedia.emu.edu.tr/images/stories/ALL_ARTICLES/2007/spring2007/Hackett%20journalism%20and%20peace5a.pdf [Consultado em 20/09/2018].

Hanitzsch, T. (2004a). Journalists as peacekeeping force? Peace Journalism and Mass Communication Theory. *Journalism Studies*, Vol. 5, No.4. p.483-495.

Hanitzsch, T. (2004b). The peace journalism problem: Failure of news people – or failure on analysis?, In: T. Hanitzsch et alii, *Public communication and conflict resolution in an Asian setting* (Jakarta: Friedrich Ebert Stiftung), p. 185-209.

Hanitzsch, T. (2007). Situating Peace Journalism in Journalism Studies: a Critical Appraisal. *Conflict & Communication online*, Vol. 6, No.2. Disponível em http://www.cco.regener-online.de/2007_2/pdf/hanitzsch.pdf [Consultado em 25/09/2018].

Institute for Economics & Peace. (2001). *Measuring Peace in the Media*. Disponível em http://economicsandpeace.org/wp-content/uploads/2015/06/Measuring-Peace-in-the-Media-2011-Report_0.pdf [Consultado em 26/09/2018].

Kempf, W. (2002). Conflict Coverage and Conflict Escalation. In: Kempf, W. e Luostarinen, H. (Ed). *Journalism and the New World Order*, Vol.2, p.59-72.

Loyn, D. (2003). “*Witnessing the Truth*”. Disponível em https://www.opendemocracy.net/media-journalismwar/article_993.jsp [Consultado em 13/10/2018].

Lynch, J. (2006). What's só great about Peace Journalism? *Global Media Journal: Mediterranean Edition*, Vol. 1 primavera, p.74-87. Disponível em http://globalmedia.emu.edu.tr/images/stories/ALL_ARTICLES/2006/spring2006/inagural_issues/7.%20Jake%20Lynch%20Whats%20so%20great%20about2.pdf [Consultado em 25/09/2018].

Lynch, J. (2015). Peace Journalism:Theoretical and Methodological Developments. *Global Media and Communication*, Vol 2, p. 193-199. Disponível em <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1742766515606297> [Consultado em 27/09/2018]

Lynch, J. e McGoldrick, A. (2000). *Peace Journalism. What is it? How to do it? Reporting the World*. Disponível em https://www.transcend.org/tri/downloads/McGoldrick_Lynch_Peace-Journalism.pdf [Consultado em 02/10/2018].

Lynch, J. e McGoldrick A. (2007). Peace Journalism In Galtung, J. e Webel, C. *Handbook of Peace and Conflict Studies*. London: Routledge, p.248-264.

Lynch, J. e McGoldrick, A. (2014). Audiences Responses to Peace Journalism. *Journalism Studies*, Vol. 17, No.5, p.628-646.

Mander, J. (1978). *Four Arguments for the Elimination of Television*. New York: William Morrow.

McGoldrick, A. (2000). Peace Journalism – An Introduction. In: Friedrich-Ebert-

Stiftung (Hrsg). Medien im Konflikt - Mittäter oder Mediatoren? The Media in Conflicts - Accomplices or Mediators? Friedrich-Ebert-Stiftung. p. 19-24.

Montúfar, F. (2007). La migración imaginada em la prensa ecuatoriana. *Revista Ecuador em Debate*. Quito, No 70, p. 185-206.

Pereira, G.M e Bizerril, J. (2007). Refugiados no Brasil: estigma, subjetividade e identidade. *Universitas: Ciências da Saúde*. V.5, No1/2, p.119 - 134.

Philo, G. e Berry, M. (2004). *Bad News from Israel*. London: Pluto.

Salinas, A. (2014). Periodismo y Comunicación para la Paz. Indicadores y Marco Regulatorio. *COMMONS - Revista de Comunicación Social y Ciudadanía Digital*. Vol.3, No.1, p.57-91.

Salmazio, C. (2018). É a política do muro, da indiferença e a necropolítica contra venezuelanos. In: *Brasil de Fato Home Page*. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2018/08/24/e-a-politica-do-muro-da-indiferenca-e-a-necropolitica-contra-venezuelanos/> [Consultado em 05/12/2018].

Shinar, D. (2004). Media Peace Discourse: Constraints, Concepts and Building Blocks. *Conflict & Communication online*, Vol.3, No.1&2. Disponível em http://www.cco.regener-online.de/2004/pdf_2004/shinar_2004.pdf [Consultado em 01/10/2018].

Shinar, D. (2007). Epilogue: Peace Journalism: the State of Art. *Conflict & Communication online*, Vol. 6, No.1. Disponível em http://www.cco.regener-online.de/2007_1/pdf/shinar_2007.pdf [Consultado em 25/09/2018].

Silva, J.C. (2017). Migração forçada de venezuelanos pela fronteira norte do Brasil. *ANPOCS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*. Disponível em <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/gt-30/gt16-26/10744-migracao-forcada-de-venezuelanos-pela-fronteira-norte-do-brasil/file> [Consultado em 03/12/2018].

Simões, G. et alii. (2017). *Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil*. Brasília: Conselho Nacional de Imigração (CNIg).

Tehrani, M. (2002): “Peace Journalism. Negotiating global media ethics”, *The Harvard International Journal of Press/Politics*, 7 (2), p. 58-83. Disponível em <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/1081180X0200700205> [Consultado em 07/10/2018].

Wolfsfeld, G. (1997). Promoting Peace through the News Media: some initial lessons from the Oslo peace process. *International Journal of Press/Politics*, 2/4, p.52-70. Disponível em <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1081180X97002004005> [Consultado em 12/10/2018].

Youngblood, S. (2017). What is Peace Journalism? In: *Media and Peacebuilding Project*. Disponível em <https://mediapeaceproject.smpa.gwu.edu/2017/12/14/what-is-peace-journalism/> [Consultado em 05/10/2018].

Outra bibliografia consultada:

COMIRR. (2018). Nota de Repúdio. Disponível em <https://www.conectas.org/wp/wp-content/uploads/2018/08/COMIRR-Nota-01-2018-Final-6.pdf> [Consultado em 21/11/2018].

Folha de S. Paulo Home Page. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/institucional/> [Consultado em 02/12/2018].

Governo do Brasil Home Page. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/especial-venezuelanos> [Consultado em 02/12/2018].

Ministério das Relações Exteriores Home Page. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/153-refugiados-e-o-conare> [Consultado em 05/12/2018].

Poder 360 Home Page. Disponível em <https://www.poder360.com.br/midia/assinatura-digital-de-jornais-cresce-com-descontos-de-ate-90-em-2018/> [Consultado em 22/11/2018].

Presidência da República Home Page. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9474.htm [Consultado em 11/12/2018].

ANEXOS

Categoria: Como ver o outro

Sub-categoria: problematização do venezuelano

Registro		Contexto
Formal	Semântico	
CRIMES(INVASÃO)	.	“(…) sistemas de saúde, educação, prisional e a segurança pública estão sobrecarregados e que houve aumento de ocorrências de invasão de prédios públicos!”. FSP, 01.08.2018 (RR obrigará venezuelanos a mostrar passaporte para ter atendimento médico)
Deportar, expulsar		“(…) providências que a polícia tomará para deportar ou expulsar venezuelanos que cometerem crimes”. FSP, 01.08.2018 (RR obrigará venezuelanos a mostrar passaporte para ter atendimento médico)
CRIMES		“(…) a população do estado cresceu 10% com a presença dos venezuelanos, sendo que muitos deles têm elo com crimes”. FSP, 01.08.2018 (RR obrigará venezuelanos a mostrar passaporte para ter atendimento médico)

	OUTROS	“(…) Conforme o governo, pessoas que não se enquadram na situação de refugiados têm ingressado no Brasil de forma indiscriminada e 'sem as cautelas sanitárias e de antecedentes criminais' (…).” FSP, 01.08.2018 (RR obrigará venezuelanos a mostrar passaporte para ter atendimento médico)
OUTROS		“ Apesar da proibição de ingresso, como a fronteira entre os países é seca, há ao menos 8 pontos em que é possível fazer a travessia clandestina (…).” FSP, 07.08.2018 (Após 15 horas fechada, fronteira com a Venezuela é reaberta em Roraima)
VIOLÊNCIA		“Roraima hoje é uma zona de conflito”. FSP, 20.08.2018 (Após pedido de RR, governo federal diz que fechar fronteira é imprescindível)
VIOLÊNCIA		“Circulam nas redes sociais dezenas de vídeos com supostos assaltantes venezuelanos, chamados de 'venecas larápios' recebendo corretivo de brasileiros indignados”. FSP, 21.08.2018 (Boatos alimentam conflito com venezuelanos em região de fronteira)

Anexo 2- Modelo de fichas categoria 2, usado para análise de conteúdo

Categoria: lugar de fala

Sub-categoria: depoimento/opinião

Registro		Contexto
Formal	Semântico	
AUTORIDADES OFICIAIS		“O próprio venezuelano, no fundo, não quer vir para dentro do Brasil. Ele quer ficar próximo a fronteira para poder retornar ao seu país na primeira oportunidade”. FSP, 20/08/2018 (<i>Bolsonaro diz que cometeu ato falho e que jamais pensou em sair da ONU</i>)
AUTORIDADES OFICIAIS	.	“A governadora de Roraima (...)”; “Em julho, o ministro Eliseu Padilha (...)”; “Conforme o governo (...)”. FSP, 01.08.2018 (<i>RR obrigará venezuelanos a mostrar passaporte para ter atendimento médico</i>)
ELE MESMO		“Os brasileiros não estão acostumados)”. FSP, 15.08.2018 (<i>Venezuelanos em Roraima vivem em tendas tecnológicas da IKEA</i>)
AUTORIDADES OFICIAIS		“(…) muitos venezuelanos teriam morrido de fome e de doenças”. FSP, 17.08.2018 (<i>MDB transformou tragédia venezuelana em politicagem, diz governadora de Roraima</i>)

FOLHA DE S.PAULO



Rodrigo Zeidan (</colunas/rodrigo-zeidan/>)



Brasil deveria abrir completamente as fronteiras para os venezuelanos

Solidariedade é o papel de uma sociedade humanista moderna

11.ago.2018 às 2h00

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2018/08/11/>)

Sim, tragam para nossas casas. A primeira crítica infantil à política de refugiados é: você gostaria de um na sua casa? Sim, é claro.

Cada parede, estrada ou fazenda deste imenso país foi construída no lombo de alguém fugido, capturado ou lutando para sobreviver. Nunca apagaremos da nossa história a vergonha de termos sido o último país do mundo a abolir a escravidão. Será que teremos ainda mais razões para nos envergonhar, desta vez pela nossa apatia ante as crises humanitárias atuais?

Fizemos pouco pelos haitianos que fugiram do terremoto de 2010. E, hoje, com a crise na [Venezuela](https://www1.folha.uol.com.br/especial/2018/venezuela/) (<https://www1.folha.uol.com.br/especial/2018/venezuela/>), vemos governos pedirem o fechamento da fronteira (<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/08/apos-15-horas-fechada-fronteira-com-a-venezuela-e-reaberta-em-roraima.shtml>) e impedirem venezuelanos de fugir da fome. Essas podem ser somente táticas políticas (<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/08/apos-15-horas-fechada-fronteira-com-a-venezuela-e-reaberta-em-roraima.shtml>) por mais recursos, mas que podem acabar em crime hediondo.

Um venezuelano que entra não torna necessariamente a vida de um brasileiro pior. De 1 + 1 podemos construir 3. Dá para receber refugiados venezuelanos sem que a população local sofra.

A União Europeia pagou mais de R\$ 24 bilhões para a Turquia montar gigantescos campos de refugiados (<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/03/1751492-uniao-europeia-e-turquia-confirmam-acordo-para-conter-fluxo-migratorio.shtml>). A abordagem estava errada. Precisamos não de campos de refugiados, mas de integração com a população local.

Ajuda internacional pode acelerar o processo, mas podemos fazer com nossas mãos. Esse não é um artigo utópico. Viver num mundo de restrições orçamentárias é defender que, em último caso, aumentemos impostos para financiar a integração dos recém-chegados.

A vida de um venezuelano não vale menos que a de um amazonense ou de um carioca. Claro que tribos formam nossa identidade. São parte de um processo evolutivo no qual a codependência era (e é) estratégia fundamental de sobrevivência individual. Mas isso tem limites.

Não é lógico um critério de identidade baseado na região de nascimento. Entretanto, nem precisamos de ideologia. Os estudos científicos mostram que países com grandes ondas de imigrantes e refugiados ganham enormemente no longo prazo.

Em algumas situações custos iniciais de integração são altos, mas todos acabam se pagando. Estudos recentes sobre as ondas de refugiados em Miami (vindos de Cuba), por Clemens e Hunt, na Turquia (vindos da Síria), por Tumen, mostram que não há significativo impacto sobre os trabalhadores locais. Isso não quer dizer que abrir as fronteiras traga só benefícios.

No caso da Turquia, a probabilidade de um local ter um emprego mesmo que informal diminuiu, embora o desemprego formal e a inflação também tenham caído. Para um país de renda média com grandes problemas sociais como o Brasil, há sempre a possibilidade de que os efeitos negativos de uma onda de refugiados se sobreponham aos benefícios. Mas precisamos arriscar.

Devemos, no contexto venezuelano, simplesmente abrir as fronteiras. Completamente. É bom economicamente, mas, mais importante, é um imperativo ético.

Ser brasileiro não é nada demais. O acaso de nascer em um determinado país não torna ninguém mais ou menos especial. Não há nada na nossa água que nos faça melhor que venezuelanos, haitianos, ou mesmo brasileiros de outras “tribos”.

Solidariedade é o papel de uma sociedade humanista moderna. Não deixemos Roraima à míngua para lidar com a onda de refugiados venezuelanos. Que recursos sejam remanejados. Que contraiamos dívidas. Que aumentemos impostos. Que busquemos um grande acordo internacional. Mas que seja logo, pois a cada dia que passa nossa vergonha só aumenta.

Rodrigo Zeidan

Professor da New York University Shanghai (China) e da Fundação Dom Cabral. É doutor em economia pela UFRJ.

ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/rodrigo-zeidan/2018/08/brasil-deveria-abrir-completamente-as-fronteiras-para-os-venezuelanos.shtml>

Anexo 4- Texto referenciado p. 56 como exemplo de conteúdo voltado para o Jornalismo para a Guerra, citado no capítulo 3

FOLHA DE S.PAULO



VENEZUELA ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/ESPECIAL/2018/VENEZUELA](https://www1.folha.uol.com.br/especial/2018/venezuela))

Temos que defender o município, diz morador de cidade palco de confronto em RR

Comerciante de Pacaraima apoia expulsão de venezuelanos e critica envio da Força Nacional

20.ago.2018 às 16h46

Avener Prado

PACARAIMA (RORAIMA) O comerciante Manoel Soares, 53, estava visitando no sábado (18) uma cidade vizinha a Pacaraima, em Roraima, quando soube do confronto (<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/08/refugiados-venezuelanos-sao-agredidos-e-expulsos-de-tendas-em-roraima.shtml>) entre brasileiros e venezuelanos (<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/08/eles-nos-expulsaram-como-cachorro-diz-imigrante-venezuelana-em-roraima.shtml>) e imediatamente decidiu voltar para ajudar os moradores a expulsarem os imigrantes, mas acabou chegando muito tarde.

“Cheguei à 1h, já estava tudo calmo, mas vim ajudar porque temos que defender nosso município”, diz ele em sua loja na cidade, principal porta de entrada dos imigrantes que fogem da crise econômica (<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/08/plano-economico-de-maduro-entra-em-vigor-com-notas-com-menos-cinco-zeros.shtml>) e política no país vizinho.

Horas antes, Pacaraima tinha testemunhado uma onda de violência, com brasileiros queimando roupas e objetos de venezuelanos (<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/08/governo-venezuelano-pede-que-brasil-proteja-seus-cidadaos-em-rondonia.shtml>).

Ao menos 1.200 estrangeiros foram escoltados pelo Exército para o outro lado da fronteira, embora a estimativa é que outras centenas também tenham fugido por conta própria — parte deles já retornou ao território brasileiro.

O conflito teve início após um comerciante local ter sido agredido por um grupo de venezuelanos durante um assalto.

Morador de Pacaraima há 25 anos, Soares defende a atitude dos moradores no sábado. “Foi a melhor coisa que podia acontecer, limpou a cidade. Eles estavam assaltando as pessoas” disse.

Segundo ele, após o confronto a maior parte dos venezuelanos que ficavam na frente da rodoviária deixou o local.

O governo federal respondeu ao caso anunciando o envio de 120 homens da Força Nacional (<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/08/governo-federal-quer-que-rr-peca-ajuda-do-exercito-para-crise-migratoria.shtml>), o que Soares acha que não vai funcionar.

“Vão mandar mais Força Nacional para quê? Eles só vem para ganhar diária, não fazem nada, era melhor investir na PM”, diz ele, que também reclama da atuação do Exército na cidade.

“Eles [os venezuelanos] ficaram oito meses morando na rodoviária, urinando e defecando no meio da rua. O Exército pegou o dinheiro e não fez nada. Só tem banheiro na rodoviária, não suporta tanta gente. O Exército tem que fazer acampamento, fazer banheiro”.

Ele elogia, porém, o pedido do governo do estado de impedir a entrada de novos imigrantes (<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/08/apos-pedido-de-rr-governo-federal-diz-que-fechar-fronteira-e-impensavel.shtml>). “O melhor seria fechar a fronteira, fazer um cordão sanitário e não deixar passar ninguém”.

Com 12 mil moradores e um índice de desenvolvimento humano semelhante ao do Iraque, Pacaraima tinha cerca de 3.000 venezuelanos antes do confronto de sábado.

Desde o início da crise, há dois anos, cerca de 130 mil venezuelanos já entraram no país fugindo da crise humanitária, econômica e política que assola o país do ditador Nicolás Maduro, onde o desabastecimento é generalizado e a inflação prevista para o ano é de 1.000.000%

(<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/07/inflacao-na-venezuela-vai-a-1000000-neste-ano-preve-fmi.shtml>), segundo o Fundo Monetário Internacional. A maioria se dirigiu para Boa Vista, mas muitos ficaram em Pacaraima.

Mais da metade dessas pessoas, porém, já teria deixado o país

(<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/07/mais-da-metade-dos-venezuelanos-que-cruzaram-fronteira-deixaram-pais.shtml>), segundo o governo federal. Outra parcela foi interiorizada para estados como São Paulo e Rio de Janeiro.

Para Soares, esse fluxo de imigração trouxe graves consequências para a cidade. "Acabou o comércio, acabou o turismo", diz ele, que afirma que viu uma queda de 90% nas vendas.

"Essa imigração veio para destruir tudo. A polícia não dá conta, a educação não dá conta, a saúde não dá conta. O estado estava começando a se recuperar e essa imigração destruiu tudo", afirmou.

ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/08/temos-que-defender-nosso-municipio-diz-comerciante-de-cidade-em-roraima.shtml>

FOLHA DE S.PAULO



O QUE A FOLHA PENSA

Violência na fronteira

Agressões contra venezuelanos envergonham o país, que tem larga tradição de receber imigrantes



Moradores de Pacaraima, em Roraima, atacaram imigrantes venezuelanos, que foram expulsos das tendas que ocupavam na região - Avenir Prado/Folhapress

23.ago.2018 às 2h00

As agressões contra imigrantes venezuelanos

<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/08/refugiados-venezuelanos-sao-agredidos-e-expulsos-de-tendas-em->

[roraima.shtml](#)) em Pacaraima (RR), no sábado (18), envergonham o país.

Por mais que se compreendam as tensões sociais exacerbadas pelo influxo contínuo de refugiados, não há como relevar o recurso à violência para expulsar famílias (<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/08/eles-nos-expulsaram-como-cachorro-diz-imigrante-venezuelana-em-roraima.shtml>) que deixaram tudo para trás, empurradas pelo desespero.

É impossível minimizar o desastre social, econômico e político que se abate sobre a nação vizinha (<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/08/governo-venezuelano-pede-que-brasil-proteja-seus-cidadãos-em-rondonia.shtml>), sob o jugo do ditador Nicolás Maduro (<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/08/plano-economico-de-maduro-entra-em-vigor-com-notas-com-menos-cinco-zeros.shtml>).

Fome, desabastecimento, repressão e criminalidade urbana impulsionam a busca por uma vida melhor, ou pela simples sobrevivência. Nada diverso dos motivos que levaram pioneiros de outras regiões brasileiras a povoar Roraima, poucas décadas atrás, se bem que não sob ameaça de uma guerra civil.

Um estado não pode arcar sozinho com o inegável ônus representado pela onda de venezuelanos. Os sistemas de saúde e segurança pública, numa região pobre, são despreparados para lhe fazer frente. O governo federal deve agir, com mais decisão.

O Brasil tem larga tradição de receber imigrantes. Há que mantê-la, o que não se separa da responsabilidade de organizar o fluxo, sem atenção para considerações miúdas quanto a interesses de política provinciana em ano eleitoral.

Parece duvidoso que o envio de 120 policiais (<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/08/governo-federal-quer-que-rr-peca-ajuda-do-exercito-para-crise-migratoria.shtml>) da Força Nacional de Segurança Pública possa dar conta da emergência. Compete ao Planalto montar um plano para reencaminhar os imigrantes às demais unidades da Federação e a logística necessária para efetivá-lo de forma mais expedita.

Não tem cabimento o novo pedido do governo estadual ao Supremo Tribunal Federal para que se feche a fronteira (<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/08/governo-temer-pede-que-stf-negue-pedido-para-fechar-fronteira-de-roraima.shtml>) entre Brasil e Venezuela. Fez bem a Advocacia-Geral da União em pedir ao STF que volte a negar a demanda da governadora Suely Campos (PP).

Tampouco há razão defensável para erguer obstáculos artificiais à entrada de venezuelanos, como exigir atestados de vacinação. O surto de sarampo (<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/08/com-surto-no-norte-do-pais-total-de-casos-de-sarampo-ja-e-o-maior-desde-1999.shtml>) em Roraima diz mais sobre a deficiente imunização no lado brasileiro, precariedade sem a qual os casos importados da doença não se propagariam.

Atribuir a violência aos recém-chegados, igualmente, não se sustenta em fatos, ainda que episódios isolados possam ocorrer. Roraima já enfrentava guerra sangrenta entre facções nacionais do tráfico.

A primeira preocupação deve ser evitar que a escalada de tensão degenerem em uma voga xenófoba, mesmo porque nada indica que os venezuelanos encontrem em breve incentivos para deixar de fugir.

editoriais@grupofolha.com.br (<mailto:editoriais@grupofolha.com.br>)

ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2018/08/violencia-na-fronteira.shtml>

Anexo 6 – Exemplo 1 de foto usada para ilustrar matérias analisadas no capítulo 3

Fonte: www.acervo.folha.com.br 15.08.2018 Acesso em 17.10.2018



José Navarro (de verde) e sua mulher, Honoravis, posam com os filhos Enny e Roger e o neto Hassan (no colo) ao lado dos vizinhos (à dir.) em sua cabana produzida pela empresa sueca Ikea em Boa Vista - Leão Serva/Folhapress

Anexo 7 – Exemplo 2 de foto usada para ilustrar matérias analisadas no capítulo 3

Fonte: www.acervo.folha.com.br 19.08.2018 Acesso em 17.10.2018



Yineth Manzol (dir., com lenço azul na cabeça) e outros venezuelanos observam os restos de suas roupas, alimentos e objetos que foram queimadas por moradores de Pacaraima - Avener Prado - 18.ago.2018/Folhapress

Anexo 8 – Exemplo 3 de foto usada para ilustrar matérias analisadas no capítulo 3

Fonte: www.acervo.folha.com.br 25.08.2018 Acesso em 17.10.2018



Venezuelana e sua filha na rua em Boa Vista (RR), cidade que tem cerca de 2.000 imigrantes morando nas ruas - Mauro Pimentel/AFP

Anexo 9 – Exemplo 4 de foto usada para ilustrar matérias analisadas no capítulo 3

Fonte: www.acervo.folha.com.br 26.08.2018 Acesso em 17.10.2018



Venezuelanos dormem ao redor da rodoviária de Boa Vista, capital de Roraima - Avenir Prado/Folhapress

Jornalismo para a Guerra? A crise migratória venezuelana no Brasil como estudo de caso

Anexo 10 – Exemplo 5 de foto usada para ilustrar matérias analisadas no capítulo 3

Fonte: www.acervo.folha.com.br 31.08.2018 Acesso em 17.10.2018



Michel Temer em encontro com Suely Campos, em Roraima - Beto Barata -
12.fev.18/Presidência